



Novas regras para acesso à universidade estão contidas na proposta do governo

Proposta visa ampliar acesso ao ensino superior

Presidente indicado da Comissão de Educação, Hélio Costa defende prioridade para o debate sobre a reforma universitária, que está em estudo no governo.

Cristovam Buarque sugere "a radicalização do ensino a distância". Ideli Salvatti diz que a bancada do PT espera mudanças também no ensino básico.

PÁGINA 6

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XI — Nº 2.082/19 — Brasília, 21 a 27 de fevereiro de 2005

EDIÇÃO SEMANAL

Renan Calheiros garante "prioridade absoluta" a assunto que ganhou relevância nos últimos dias

Líderes definem esta semana os passos da reforma política

PÁGINAS 4 E 5

NEGOCIAÇÃO

Presidente do Senado promete a empresários empenhar-se por solução negociada para a MP 232 a fim de "não punir a sociedade e setores vitais para a nossa economia". O PFL fechou questão contra a medida. Líder do PT admite mudanças.

PÁGINAS 7 E 8

COMISSÕES

Presidentes e integrantes das nove comissões permanentes do Senado devem tomar posse esta semana. A composição das comissões obedece aos critérios de representatividade de cada partido ou bloco.

PÁGINA 2



Países que poluem muito podem comprar "créditos" de outras nações, segundo o protocolo que entrou em vigor

Protocolo de Kyoto: "Crescimento sem sujeira"

PÁGINA 3

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 13

FRASES

Página 13

VOZ DO LEITOR

Página 13

CONHEÇA O SENADO

Página 15

_____ cidadania

Defensoria facilita acesso de carentes à Justiça

PÁGINA 16



Assassinato de freira mobiliza senadores

Investigações sobre a morte de Dorothy Stang (foto) são acompanhadas por comissão de senadores, que promove audiência pública e faz levantamento sobre a situação agrária e social na região do Pará onde ocorreu o crime. Assassinato gerou ampla repercussão no Plenário.

PÁGINA 11



Antonio Carlos Magalhães - CCJ



Heráclito Fortes - CI



Luiz Otávio - CAE



Hélio Costa - CE



Leomar Quintanilha - CFC

Comissões elegem presidentes

A primeira semana de trabalho dos senadores foi dedicada à eleição da Mesa diretora da Casa, escolha de novos líderes pelos respectivos partidos e articulações em torno de indicações dos nomes para a presidência das nove comissões permanentes, que se instalam nesta semana. Na oportunidade, as comissões elegerão os seus dirigentes para os próximos dois anos.

A composição das comissões, de acordo com o Regimento Interno, deve obedecer aos critérios de proporcionalidade de cada partido ou bloco partidário. Dono da maior bancada no Senado, o PMDB ficou com a presidência de três colegiados. O PFL indicou dois presidentes, enquanto PT, PSB, PL e PSDB ficaram com uma comissão cada.

O presidente da comissão é o interlocutor do colegiado com a Presidência da Casa e com os líderes dos partidos. Responsável pela definição dos projetos que serão examinados e pela indicação dos relatores das matérias em exame no colegiado, cabe ao presidente ainda o voto de minerva, aquele que desempata o placar das votações.

Além de ser um instrumento essencial à análise das propostas, as comissões dividem com o Plenário a função de instância final de algumas proposições. Ou seja, os projetos votados em caráter terminativos serão considerados aprovados pelo Senado, dispensando assim a deliberação do Plenário, desde que não haja recurso nesse sentido.

Reforma política e regras para MPs movimentarão CCJ

O senador Edison Lobão (PFL-MA) será substituído pelo baiano Antonio Carlos Magalhães (PFL) no comando da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), considerada uma das mais importantes da Casa. Neste ano, o colegiado deve examinar matérias como a reforma política, a conclusão da reforma tributária e a mudança no regime de tramitação das medidas provisórias (MPs), definidas como prioridade pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). A comissão ainda analisa as indicações para ministros de tribunais superiores.

O também pefelista Heráclito Fortes (PI) é o indicado para a Comissão de Infra-Estrutura (CI), que deve analisar o projeto de criação da Agência Nacional de Aviação

Civil (Anac). O órgão opina ainda sobre propostas que tratem de transportes e obras públicas.

O senador Luiz Otávio (PMDB-PA) vai suceder Ramez Tebet (PMDB-MS) na presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), de grande peso político. A CAE é responsável, entre outros assuntos, pela análise de pedidos de empréstimo pelo governo e de nomes para ocupar a diretoria do Banco Central, além de se pronunciar sobre os problemas econômicos do país.

Os peemedebistas ficaram ainda com a presidência das Comissões de Educação (CE), que trata sobre cultura e discute concessão de rádios e TVs, e de Fiscalização e Controle (CFC), responsável pelo acompanhamento e controle dos

atos do Executivo. Foram indicados os senadores Hélio Costa (MG) e Leomar Quintanilha (TO), respectivamente.

Cristovam Buarque (PT-DF) assumirá o comando da Comissão de Relações Exteriores (CRE), que aprecia os acordos internacionais assinados pelo Brasil e as designações para o cargo de embaixador, além de outras matérias.

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que trata das relações de trabalho e de políticas públicas de saúde, vai ser presidida por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

Senado terá Comissão de Desenvolvimento Regional

O senador Marcello Crivella (PL-RJ) será o dirigente da Comissão de Legislação Participativa (CLP), que recebe sugestões de projetos de entidades da sociedade civil.

A recém-criada Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) vai ter o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como presidente. O colegiado tem como missão tratar dos planos regionais de desenvolvimento econômico e social, e de assuntos relativos ao turismo. Começa a funcionar a partir deste ano.



Cristovam Buarque - CRE



Antonio Carlos Valadares - CAS



Marcello Crivella - CLP



Tasso Jereissati - CDR

Estudioso de comunicação vê importância da TV pública

Há vida inteligente fora da TV comercial brasileira. A opinião é do professor Laurindo Lalo Leal Filho, da Universidade de São Paulo (USP), para quem o fortalecimento das tevês legislativas é fundamental para ampliar o debate democrático e reforçar a cidadania. O assunto foi abordado durante palestra sobre o tema "Comunicação Legislativa e Ética", realizada no auditório do Interlegis, do Senado Federal, na última sexta-feira.

Por sua própria natureza, disse Leal, a TV comercial antes de tratar os espectadores como cidadãos, trata-os como consumidores. Apontando o modelo da BBC (da Inglaterra), como referência, o professor considera a radiodifusão pública, na qual se inclui a comunicação legislativa, importante para incluir as diversas vozes que não compõem o mercado.



Há vida inteligente fora da TV comercial brasileira, afirma o professor Leal Filho, da USP

— É dever do Estado manter a TV pública. Ela pode elevar o grau de cidadania na vida democrática, ao fornecer instrumentos que capacitarão o cidadão para fazer melhores escolhas. A TV pública, se fortalecida, vai descobrir, disseminar e animar a vida de um país que não passa na TV comercial. A TV pública vai disseminar a riqueza artística, lingüística e ética dos povos e, ao contrário do que ocorre hoje, determinar

o padrão de qualidade das TVs comerciais. A saída é exigir a qualidade.

Leal Filho observou que a TV comercial foi tomada pelo "mesmice", dominada pelo ritmo frenético de videoclipes, que contaminou até os telejornais. Segundo ele, não adianta discutir a nova TV digital sem debater qual tipo de conteúdo pode contribuir para a cidadania. Ele considera que existem condições para a criação de uma rede pública nacional de TV, que operaria com sinal aberto e incluiria os canais universitários, legislativos, comunitários e educativos. Para financiar essa experiência, o professor sugeriu que as TVs abertas paguem pelo uso do espectro magnético.

O evento do Interlegis integra um ciclo de debates promovido pela Associação dos Profissionais de Comunicação Social do Senado Federal (Comsefe), que vai discutir, ao longo do ano, temas de interesse para jornalistas, relações públicas, políticos, acadêmicos, estudantes e o público em geral.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA — 14h30: sessão não deliberativa

TERÇA/QUARTA/QUINTA — 14h30: sessão deliberativa

Emendas à Constituição — Constam na pauta das três sessões diversas propostas de emenda à Constituição (PECs), entre elas, a que torna o orçamento impositivo (PEC 22/00). O texto obriga o Executivo a cumprir a Lei Orçamentária aprovada no Congresso.

SEXTA-FEIRA — 9h: sessão não deliberativa

Comissões

COMISSÕES

SEGUNDA-FEIRA

14H — CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Álcool e mídia — O conselho discute a presença do álcool nos meios de comunicação. Foram convidados, entre outros, o psiquiatra Ronaldo Laranjeira e os presidentes do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv), Milton Seligman, e da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), José Inácio Pizani.

TERÇA-FEIRA

Novos presidentes — As comissões da Casa realizam reunião para empossar os novos presidentes dos colegiados.

17H — COMISSÃO EXTERNA "DOROTHY STANG"

Audiência — A nova comissão, que vai acompanhar as investigações do assassinato da missionária Dorothy Stang, no Pará, realiza a sua primeira audiência pública. Serão ouvidos o secretário de Defesa Social do Pará, Manoel Nascimento Junior, o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho, e o bispo de Altamira (PA), dom Erwin Krautler.

PROTOCOLO DE KYOTO

Acordo pode mudar política ambiental

O Protocolo de Kyoto, que entrou em vigor na quarta-feira da semana passada, oito anos depois de ter sido elaborado no Japão, deverá influir na política ambiental do governo, contribuindo, também, para dirimir o conflito que se arrasta há mais de três décadas entre ambientalistas e setores ligados a programas de desenvolvimento. A avaliação é do senador Sibá Machado (PT-AC), e encontra respaldo de diversos setores, inclusive do Banco Mundial, que vê o Brasil como um dos maiores beneficiários da implementação dos chamados Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL), previstos no acordo internacional. O protocolo, ratificado pelo Brasil há dois anos e meio depois de aprovado na Câmara e no Senado, na avaliação de Sibá, representa um avanço na política ambiental.

Para o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), o Brasil deve aproveitar a oportunidade para desenvolver projetos

ambientais, vender créditos de carbono e obter recursos para investir em sua infra-estrutura. Para ele, "é uma nova forma de se chegar ao desenvolvimento sustentado".

No Congresso Nacional, outros importantes projetos relacionados ao meio ambiente estão em discussão, como a Lei da Mata Atlântica, a medida provisória que aumentou a área de preservação em propriedades situadas na Amazônia Legal e a aprovação de normas para o funcionamento dos Comitês de Bacias Hidrográficas. Além das propostas em tramitação, vários parlamentares, entre eles Fernando Gabeira (PV-RJ), cobram do governo políticas voltadas para o saneamento básico e para o tratamento de resíduos sólidos.

– Estamos muito atrasados nessas áreas, colocando em risco a saúde de milhões de brasileiros – alerta.

As mudanças nas regras estabelecidas pela MP 2.166/01, que dispôs sobre índices de desmata-



Em São Paulo, manifesto do Greenpeace ironiza os Estados Unidos, que não assinaram o protocolo

mento permitidos em propriedades na Amazônia, deverão estar entre as principais polêmicas da pauta do Senado. De acordo com o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), parlamentares estão se articulando para impedir o

aumento de 50% para 80% do total a ser preservado em cada propriedade.

A MP deverá ser discutida em uma comissão mista e, segundo Pinheiro, a manutenção dos 50% "esbarra na resistência

dos ambientalistas, mas conta com o apoio de senadores e da bancada ruralista na Câmara". Segundo ele, o líder do governo no Congresso, senador Fernando Bezerra (PTB-RN), conduz as negociações.

Para Sibá, pacto trará "um novo diálogo internacional"

Ratificado até agora por 141 países, o Protocolo de Kyoto representa, na opinião do senador Sibá Machado, "uma pauta de boa" na área ambiental, reforçando a posição de que "crescimento não precisa ser sinal de sujeira". Para o representante do Acre, o início da vigência do acordo vai trazer "um novo diálogo internacional". Segundo ele, o estado investe em programas de desenvolvimento sustentável por meio do estímulo ao aproveitamento de produtos extraídos da floresta.

– O protocolo não deve ser visto como a salvação do mundo, mas vai possibilitar uma discussão mais desapaixonada

em torno da questão ambiental, no momento em que o mercado internacional está voltando os olhos para as oportunidades de investir em mecanismos de desenvolvimento limpo, especialmente em países como o Brasil – afirmou Sibá Machado.

A idéia de um comércio internacional em que os países que poluem muito podem comprar "créditos" não usados por outros países foi lançada pelo Brasil, durante a discussão do Protocolo de Kyoto, no Japão. Os créditos podem vir de projetos de seqüestro de carbono ou de redução de emissões, como o uso de energia eólica.



Sibá Machado

Viana vislumbra recursos para infra-estrutura com venda de cotas

O senador Tião Viana (PT-AC), vice-presidente do Senado, recomendou aos estados da Amazônia que aproveitem as oportunidades abertas com a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto, elaborando projetos que lhes permitam vender os chamados créditos de carbono. O protocolo permite aos países que não cumprirem suas metas de redução de emissão de gases poluentes na atmosfera comprar "cotas" de países que tenham reduzido sua emissão e, assim, gerado crédito de carbono.

– É uma nova oportunidade que o Brasil tem para conseguir recursos para infra-estrutura. O

meu estado, o Acre, por exemplo, que ainda tem mais de 85% de suas matas virgens, pode obter recursos com a venda de suas cotas, porque as florestas fazem grande captação de carbono da atmosfera – afirmou.

Tião Viana estima que, após 2007, o mundo deva ter por ano cerca de US\$ 13 bilhões das instituições financeiras, articuladas com o Protocolo de Kyoto, para financiar os títulos de carbono por meio de projetos ambientais.

– É uma nova forma de se chegar ao desenvolvimento sustentado e o Brasil tem de entender melhor o Protocolo de Kyoto para obter todas as suas vantagens – sugeriu.



Tião Viana

O Protocolo de Kyoto

O que é o Protocolo de Kyoto?

É um pacto acertado por diversos governos, em 1997, durante uma conferência realizada em Kyoto (Japão), com o objetivo de reduzir a emissão de gases poluentes que causam o efeito estufa em 5,2% dos níveis de 1990. A redução deve acontecer entre 2008 e 2012. Um total de 141 países, incluindo o Brasil, ratificaram o acordo.

Qual a origem do acordo?

Inicialmente, governos de várias partes do mundo concordaram em combater o aquecimento global na "Cúpula da Terra" (também conhecida como Eco-92), realizada no Rio de Janeiro, em 1992. O acordo se originou dos esforços de então.

O que são os gases do efeito estufa?

São gases responsáveis por prender calor na atmosfera terrestre. O principal é o dióxido de carbono (gás carbônico, ou CO²), resultante em sua maior parte da queima de combustíveis fósseis. O protocolo também cobre o metano, o óxido nítrico, os hidrofluorcarbonetos, os perfluorcarbonetos e os hexafluoretos de enxofre.

Como funcionam os créditos de carbono?

Em janeiro deste ano, a União Européia (UE) criou um novo mercado por meio do qual cerca de 12 mil fábricas e usinas de energia recebem cotas de emissão de dióxido de carbono. Se ultrapassarem suas cotas, elas podem adquirir cotas no mercado internacional ou pagar uma multa; se ficarem abaixo delas, podem vender suas cotas. No mercado da UE, o preço das cotas gira em torno de €\$ 7,2 (US\$ 9,25) por tonelada.

Como o Brasil pode se beneficiar?

Investir no Brasil será uma boa alternativa para países que precisem comprar cotas de carbono. Projetos na área florestal propiciam a absorção de CO², feita pela vegetação através da fotossíntese. É o chamado sequestro de carbono.

O pacto tem poder de lei?

O pacto passou a ser legalmente compulsório para seus participantes desde a quarta-feira passada, depois de ter cumprido duas condições: ratificação por no mínimo 55 países e apoio de países

desenvolvidos responsáveis por pelo menos 55% das emissões de gases do efeito estufa.

Como o tratado será imposto?

Segundo um acordo de 2001, os países que não cumprirem as metas de emissão até 2012 terão de realizar os cortes previstos mais um adicional de 30%, em um segundo período a se iniciar em 2013. Não foi acatada a idéia de imposição de multa ao país que descumprir suas metas.

Como vão os esforços de corte até o momento?

Muitos países não estão conseguindo implementar medidas para atingir as metas. Segundo o UNFCCC, órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) que supervisiona o processo, as emissões na Espanha e em Portugal, por exemplo, ficaram, em 2002, 40,5% acima dos níveis registrados em 1990.

Todos os países têm de restringir as emissões?

Não. Apenas 39 nações (as mais desenvolvidas) têm de atingir essas metas no período de 2008 a 2012.

Instituto vê nova etapa para meio ambiente

O representante do Instituto Sócio-Ambiental (ISA) Marcio Santilli avalia que a entrada em vigor do Protocolo de Kyoto "abre uma nova etapa para que o desenvolvimento de tecnologias limpas e a definição de uma agenda para a reversão do aquecimento global entrem definitivamente na pauta das negociações internacionais". Santilli ressalta que a importância do tratado "é essencialmente política", por encerrar uma etapa "marcada pela ausência de regras e iniciar uma nova fase, com metas e desafios claros".

Na avaliação do ambientalista, o acordo "tem seus calcanhares-de-aquiles" representados pela não-adesão dos Estados Unidos, pelo baixo alcance das metas firmadas e pela não-participação, no cumprimento de metas, dos países em desenvolvimento, já que muitos deles estão entre os maiores emissores, caso da China, Índia e Brasil.

– Nenhuma tendência de aquecimento global será revertida, mas o acordo funciona como um exercício preliminar de controle de poluentes importantíssimos – afirma Santilli.

Para o deputado Sarney Filho (PV-MA), ex ministro do Meio Ambiente, o Brasil, mesmo não tendo metas a cumprir, precisa ser rigoroso com os desmatamentos e as queimadas, que respondem por 70% das emissões de gases poluentes no país.

NOVA MESA

Líderes querem analisar MPs com rigor

A discussão da reforma política, maior rigor na votação das medidas provisórias e melhorias na tramitação do Orçamento Geral da União foram apontados como os temas que deverão dominar as discussões políticas no Senado Federal pelos novos líderes partidários, escolhidos na semana passada. A maioria deles previu também que a escolha do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) como presidente não deverá trazer alterações radicais no funcionamento legislativo da Casa, destacando como importante para o aprimoramento do diálogo interpartidário o fato de ele ter sido líder partidário no ano passado.

Escolhidos pelas bancadas no início da semana passada, os líderes realizaram a primeira reunião de trabalho com o novo

presidente na quarta-feira, quando Renan reiterou que pretende dar prioridade absoluta à votação da reforma política, como havia antecipado em seu discurso de posse, na segunda-feira.

Reconduzido como líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP) acha que a capacidade de discutir os grandes problemas nacionais de forma acirrada e, ao mesmo tempo, aprovar projetos de interesse nacional, como ocorreu nos dois últimos anos, deverá continuar na gestão de Renan.

– Tivemos na Casa debates muito duros, mas ao mesmo tempo conseguimos chegar a consensos importantes e isso é resultado da tolerância e da capacidade de diálogo envolvendo bancadas, lideranças e os próprios senadores. Renan representa uma nova geração e de alguma forma encarna bem o



Aloizio Mercadante



Delcídio Amaral



Arthur Virgílio

espírito de consenso e unidade que marcou a eleição da nova Mesa do Senado – avaliou.

Mercadante defendeu mudanças na edição das medidas provisórias. “O Senado vem fazendo a sua parte e esperamos que o governo também faça a sua, que não abuse das reedições”, ponderou.

Delcídio prevê agenda mais leve este ano

O senador Delcídio Amaral (PT-MS), líder do partido e do bloco de apoio ao governo, disse que, em 2005, a pauta de votações deverá ser mais leve do que a do ano passado, concentrada em ajustes, exatamente para dar seqüência a arcabouços legislativos destinados a fazer o país avançar.

– Vamos votar agora leis ordinárias destinadas à consolidação de uma economia forte, com crescimento sustentável, que atraia efetivamente investidores, para fazer com que nosso país se desenvolva, gere empregos e, acima de tudo, resgate a dívida social que o país vem arrastando por tantos anos.

O novo líder pretende construir

uma agenda prévia para discutir com a bancada e os partidos do bloco de apoio ao governo os principais assuntos a serem votados neste ano, entre eles o das agências reguladoras, que está na Câmara e que, em sua avaliação, é de fundamental importância, “porque é a complementação de tudo aquilo que se espera, principalmente na macro e microeconomia”.

Delcídio também falou de projetos que precisam ser implementados “para construir um novo Brasil”, citando a reforma política.

O senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) salientou que o partido e a bancada vão lutar pela limitação das medidas provisó-

rias apenas a assuntos de caráter econômico ou relacionados a calamidades públicas, acabando com as reedições sucessivas que, como destacou, “contribuem para o enfraquecimento do trabalho legislativo”.

– Poderíamos afirmar que de todas as medidas provisórias enviadas pelo Palácio do Planalto ao Congresso, 40% podem ser consideradas importantes, 30% um pouco importantes e as outras 30% constituem lixo puro – avaliou o líder do PSDB.

Em relação à gestão Renan Calheiros, Delcídio disse acreditar que ele é favorável a edição mais criteriosa de medidas provisórias.

Nos maiores partidos, consenso na escolha

Não houve surpresa na definição das lideranças dos principais partidos. Para substituir Renan Calheiros como líder, o PMDB, dono da maior bancada do Senado (22 senadores), indicou, por aclamação, Ney Suassuna (PB). Com 18 e 13 senadores, PFL e PSDB, respectivamente, reconduziram os líderes escolhidos em 2003, José Agripino (RN) e Arthur Virgílio Neto (AM).

A liderança do governo no Senado continua com o senador Aloizio Mercadante (PT-SP),

cabendo a Fernando Bezerra (PTB-RN) a liderança do governo no Congresso. O novo líder do bloco de apoio ao governo (formado pelo PT, PTB, PSB e PL) é o senador Delcídio Amaral (PT-MS), que acumulará o cargo com a liderança

de seu partido, que reúne 13 senadores. Já o bloco da minoria seguirá chefiado pelo senador



Fernando Bezerra

Sérgio Guerra (PSDB-PE) pelo menos até maio, quando se encerra o período para o qual foi indicado.

A bancada de quatro senadores do PDT indicou o senador Osmar Dias (PR) para substituir o senador Jefferson Péres (AM) na liderança, enquan-

to os três senadores do PL optaram pelo nome do senador Marcelo Crivella (RJ).

Agripino, Crivella e Suassuna: excesso de MPs é prejudicial

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, elogiou a nova composição da Mesa do Senado, que, para ele, representou “um pacto na defesa da instituição e na maior participação dos partidos de oposição na proeminência do Senado”.

O líder do PL, Marcelo Crivella (RJ), recebeu com satisfação as declarações de Renan, que prometeu “continuar a apreciar não apenas o rito, mas a própria

substância das medidas provisórias”.

Ney Suassuna (PB), líder do PMDB, defendeu a aprovação de um programa de mudanças a partir da reforma política. Outros desafios importantes para a nova Mesa, afirmou, são convencer o Executivo do efeito danoso do excesso de MPs e a necessidade de fortalecer a tramitação do Orçamento Geral da União, “por meio do diálogo”.



José Agripino



Ney Suassuna

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Severino defende Legislativo atuando com independência

Mesmo prometendo não fazer oposição sistemática ao governo, o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti (PP-PE), assumiu o mandato afirmando que pretende garantir a independência do Poder Legislativo



Severino Cavalcanti

em relação ao Executivo. – O número excessivo de medidas provisórias enviadas ao Congresso prejudica o papel do legislador – disse o deputado, que vai buscar uma solução para que as MPs não atrapalhem a tramitação de projetos.

Ele defendeu ainda um Orçamento impositivo para acabar com cortes e contingenciamentos pelo governo e condenou o aumento da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para as empresas prestadoras de serviços, proposto na MP 232/04.

Severino voltou a pedir a equiparação da remuneração dos parlamentares à dos mi-

nistros do Supremo Tribunal Federal. Aos deputados contrários ao aumento solicitou que “façam ofício dizendo que irão rejeitá-lo”.

A eleição de Severino, na madrugada da terça-feira (15), ocorreu somente

no segundo turno, após 13 horas de votação. Ele recebeu 300 votos contra 195 de Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP). No primeiro turno, 207 deputados votaram no deputado paulista e 124 em Severino.

Foram eleitos também José Thomaz Nonô (PFL-AL) como 1º vice-presidente e Ciro Nogueira (PP-PI) como 2º vice-presidente. Inocêncio Oliveira (PMDB-PE) será 1º secretário; Nilton Capixaba (PTB-RO), 2º secretário; Eduardo Gomes (PSDB-TO), 3º secretário; e João Caldas (PL-AL), 4º secretário. Os suplentes de secretário são Givaldo Carimbão (PSB-AL), Jorge Alberto (PMDB-SE), Geraldo Resende (PPS-MS) e Mário Heringer (PDT-MG).

Atual composição das bancadas do Senado



PLENÁRIO

Reunião define etapas da reforma política

Desde as eleições das Mesas do Senado e da Câmara e a reabertura dos trabalhos do Congresso, os parlamentares vêm defendendo com veemência a reforma política, com ênfase no fortalecimento dos partidos. Em seu discurso de despedida da Presidência do Senado, o senador José Sarney (PMDB-AP) afirmou que a reforma política é a mais necessária de todas. Na mesma linha, o novo presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), garantiu que dará ao assunto "prioridade absoluta".

Com a concordância dos líderes do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e do PFL, José Agripino (RN), Renan convocou reunião para esta terça-feira (22), com a participação dos presidentes e líderes partidários do Senado e da Câmara, para agilizar a tramitação das propostas no



Renan Calheiros: "Precisamos demonstrar criatividade para encontrar caminhos"

Congresso.

– Precisamos demonstrar criatividade para encontrar os ca-

minhos do consenso, assim como foi feito com todas as demais reformas já aprovadas no Congresso. No meu modo de ver, a reforma política deveria ter sido a primeira debatida e aprovada.

O Senado já enviou para análise da Câmara várias propostas da reforma política, que foram agregadas em único projeto elaborado por uma comissão especial em 2003. Atualmente, os deputados analisam o substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO), que está pronto para votação na Comissão de Constituição e Justiça.

O substitutivo prevê o financiamento público das campanhas, o fim das coligações proporcionais e a instituição das listas fechadas, elaboradas nas convenções partidárias, para as eleições proporcionais.

Congresso pode aprovar mudanças ainda este ano

Relator da reforma política na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara, Rubens Otoni (PT-GO) considera que o momento é propício para que o Congresso vote a reforma política este ano. Ele diz estar aberto para alterar o seu substitutivo, mas prefere ver a proposta básica aprovada o quanto antes na CCJR para negociar pontos do texto no Plenário.

– O meu ânimo para este ano está renovado. Se para alguns havia dúvida sobre a necessidade da reforma política, a última eleição municipal e também a eleição da Mesa da Câmara, quando a troca de partido expôs

as fragilidades do sistema atual, trataram de mostrar que ela deve ser enfrentada imediatamente – afirmou Otoni.

Membro da Comissão Especial da Câmara que analisou o assunto em 2003, Otoni manteve em seu substitutivo os principais pontos do projeto apresentado pelo relator da comissão, deputado Ronaldo Caiado (PFL-GO).

– O projeto foi pactuado na comissão com todos os partidos. O principal eixo é o fim das coligações para as eleições proporcionais com a instituição da federação de partidos, o financiamento público e a lista fechada para eleições proporcionais.



Para Rubens Otoni, as recentes trocas de partido expuseram fragilidade do sistema

Dentro do limite infraconstitucional, essa já será uma reforma bastante profunda, que pode aperfeiçoar a nossa legislação para os próximos 40 anos.

Otoni reconhece que partidos médios como PL, PTB e PP são os mais resistentes às mudanças.

Fidelidade partidária gera controvérsia

Identificada como maior problema do sistema político nacional, a falta de fidelidade partidária, que ficou evidente às vésperas da eleição da Mesa da Câmara, é um dos temas mais controversos da reforma política. Tanto que medidas para combater o troca-troca de legenda nem sequer foram incluídas no substitutivo do deputado Rubens Otoni (PT-GO) ao projeto de reforma política.

As propostas mais comuns para desestimular as mudanças constantes de partido são a perda de mandato do parlamentar que deixar o partido pelo qual foi eleito e o aumento do prazo de filiação partidária.

O projeto da Comissão Especial da Câmara que analisou a reforma política em 2003, ao adotar a lista de candidatos fechada em convenções partidárias, dava prioridade no ordenamento das listas aos deputados

federais e estaduais que não mudassem de legenda depois da sua última eleição. Porém, no substitutivo do relator, essa regra foi eliminada.

O Senado já aprovou em 2001 projeto do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) que amplia para quatro anos o prazo de filiação para que o político possa se candidatar por um novo partido (PLS 187/99). Aprovada por estreita margem no Senado, a matéria não andou na Câmara.

PEC que previa perda de mandato foi arquivada

A comissão especial do Senado que analisou a reforma política também apresentou, em 1998, proposta de emenda à Constituição (PEC 44/98) para

cassar o mandato do parlamentar que abandonar a legenda pela qual foi eleito ou violar a disciplina partidária. A PEC, elaborada a partir da análise de propostas de deputados e senadores, acabou arquivada ao final daquela legislatura.

Para os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Gerson Camata (PMDB-ES), um sistema mais rígido para manutenção da fidelidade partidária deve ser precedido por garantias de que a democracia interna dos partidos será respeitada.

– Os caciques podem colocar para fora um candidato que não queiram. Sem democracia nos partidos, adotar regras rígidas para fidelidade partidária é perigoso – analisa Camata, que ficou meses sem partido em 2004.



Jefferson Péres

Eixos da proposta

A reforma política em tramitação na Câmara se concentra em alterações no Código Eleitoral, Lei dos Partidos Políticos e Lei das Eleições. Pronto para votação na CCJ da Câmara, o substitutivo do deputado Rubens Otoni à proposta original aborda os seguintes assuntos:

Fim das coligações

O substitutivo acaba com as coligações para as eleições proporcionais (para deputado federal, deputado estadual e vereador).

Federações de partidos

De acordo com a proposta, dois ou mais partidos que tenham eleito deputados federais em pelo menos cinco estados e recebido no mínimo dois por cento dos votos para a Câmara dos Deputados nacionalmente podem se unir em uma federação partidária, que deve perdurar por pelo menos três anos.

Lista fechada

Como forma de fortalecer os partidos e diminuir o personalismo na política, a proposta adota o voto em listas fechadas, definidas em convenções partidárias. Os candidatos aparecem nas listas de acordo com as prioridades do partido, definidas pelos convençionais. Se a votação do partido nas eleições equivale a 15 cadeiras no Legislativo, elas serão ocupadas pelos 15 primeiros nomes da lista oferecida pelo partido aos eleitores. O número de candidatos na lista deve totalizar 150% do número de cadeiras em disputa.

Financiamento público

O financiamento exclusivamente público das campanhas é uma das idéias mais consolidadas da reforma política, já aprovada pelo Senado e pela Comissão Especial da Câmara.

Favoravelmente, argumenta-se que, associada à lista fechada, a medida pode reduzir sensivelmente os custos das campanhas, além de permitir que partidos e candidatos sem acesso a fontes privadas possam competir em igualdade de condições.

Mas são muitas as críticas e reações da população com a possibilidade de serem distribuídos recursos orçamentários equivalentes a R\$ 7 por eleitor (cerca de R\$ 700 milhões) para que os partidos divulguem seus candidatos. Apesar de prever multas e sanções por abuso do poder econômico a partidos e candidatos que gastarem recursos privados em campanhas, há dúvidas de que uma fiscalização eficiente seja possível, até porque a legislação permite que os partidos recebam recursos privados desde que não sejam usados em campanhas. Também se questiona se um candidato pagar por uma corrida de táxi, por exemplo, será tipificado gasto privado em campanha.

Distribuição do financiamento público de campanha

A proposta divide os recursos públicos para as campanhas eleitorais da seguinte maneira: 1% para todos os partidos com registro no TSE, 14% para partidos ou federações com representação na Câmara dos Deputados e 85%, proporcionalmente, para partidos ou federações de acordo com o número de deputados federais que tenham eleito nas eleições anteriores. O substitutivo também tem regras para divisão dos recursos entre os candidatos para cada um dos cargos em disputa.

Cláusula de barreira

De acordo com as regras atuais, os partidos que nas eleições para a Câmara dos Deputados a partir de 2006 não obtiverem pelo menos 5% dos votos válidos e um mínimo de 2% em pelo menos um terço dos estados (nove estados) ficarão sem representação parlamentar, ou seja, não terão representantes em comissões ou liderança partidária. O projeto da comissão especial reduziu esse percentual para 2% do eleitorado nacional, com pelo menos um deputado federal eleito em cinco estados. O substitutivo do relator eliminou esse dispositivo, mas restringiu o acesso de partidos pequenos ao fundo partidário e ao horário eleitoral gratuito (*leia abaixo*).

Fidelidade partidária

O projeto da Comissão Especial da Câmara determinava que os candidatos que mudassem de partido depois da última eleição ocupariam posições inferiores nas listas partidárias, o que dificultaria muito a reeleição desse político. O substitutivo do relator, porém, eliminou essa regra.

Recursos do fundo partidário e acesso ao horário eleitoral gratuito

Essas são as principais medidas para combater as chamadas legendas de aluguel. Apenas 1% dos recursos do fundo partidário será distribuído para todos os partidos ou federações com registro no TSE. O restante irá para partidos que tenham eleito deputados federais em pelo menos cinco estados, com 2% dos votos apurados nacionalmente. Somente estes partidos terão acesso ao horário eleitoral gratuito no rádio e na TV com dois programas anuais com duração de 20 minutos e mais 40 minutos por semestre para inserções de 30 segundos ou um minuto. Os demais partidos terão direito a um espaço de propaganda partidária por semestre, com duração de apenas dois minutos.

Pesquisas eleitorais

Os institutos de pesquisas eleitorais terão que fornecer mais informações sobre as bases para realização das consultas, inclusive de boca-de-urna, e revelar à Justiça Eleitoral detalhes de amostragens e resultados até 48 horas depois de realizado o levantamento.

Participação feminina

A proposta destina 20% do tempo de propaganda partidária gratuita e no mínimo 30% dos recursos do fundo partidário para incentivar a participação política das mulheres. Atualmente, já existem cotas reservando vagas para candidaturas de mulheres.

Regras para propaganda

O uso de alto-falantes só poderá ser feito entre 8h e 24h e os chamados *showmícios* ficam restringidos às convenções partidárias. Simuladores de voto eletrônico só poderão ser usados até a véspera da eleição.

EDUCAÇÃO

Reforma bate à porta da universidade



O governo está recebendo sugestões para a proposta da reforma universitária, que deve chegar ao Congresso em junho. Indicado para a presidência da Comissão de Educação, o senador Hélio Costa defende prioridade para discussão do texto, com a realização de audiências públicas. Cristovam Buarque propõe um novo conceito para o *campus* universitário, lembrando que a Internet é aliada do ensino a distância. Ideli Salvatti afirma que a bancada do PT espera que a proposta do Executivo venha acompanhada de medidas para o desenvolvimento do ensino básico.

Ingresso nas universidades federais deve mudar com cotas para alunos que estudaram em escola pública

Cristovam: "Medidas serão apenas um alívio"

As propostas do governo para a reforma do ensino superior são boas, mas insuficientes para reverter o processo de esgotamento das universidades. A opinião é do senador Cristovam Buarque (PT-DF), ex-ministro da Educação e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB). Segundo observou, "as medidas previstas não serão capazes de reanimar um organismo que está esgotado. Serão apenas um alívio, um suspiro". Para ele, é necessário mudar a estrutura e o papel das universidades, além de promover avanços na educação básica.

O senador considera que o setor não consegue mais acompanhar a revolução científica e



Cristovam Buarque

tecnológica. Assim, não resolveria mudar a forma de ingresso ou de financiamento, por exemplo, sem transformar a estrutura do sistema.

– Eu defendo uma universidade tridimensional, que tenha núcleos temáticos, que combinem diferentes ramos profissionais, e núcleos culturais, para garantir a criatividade que os novos tempos exigem – argumenta ele.

A reforma também deveria prever um novo conceito de *campus*, sugere Cristovam. A Internet rompe com os limites físicos das universidades, observa, e o governo deveria garantir ao aluno a possibilidade de estudar não em uma, mas em muitas universidades.

– O *campus* está na rede. Eu defendo a radicalização do sistema aberto, da universidade a distância – defende o senador.

Apoio para cursos voltados ao interesse público

Cristovam Buarque propõe ainda que os cursos sejam divididos entre os de interesse público e os de interesse privado. Os primeiros, que podem ser oferecidos por instituições estatais ou privadas, devem atender às necessidades do país e receberiam recursos públicos. Aqueles voltados a fins privados, ou seja, apenas ao sucesso pessoal do futuro profissional, devem ser in-

centivados, mas não receberiam recursos. Os dois tipos de cursos seriam regulamentados pelo Estado, desde que atingissem índices de qualidade. E haveria ainda os cursos livres, que não contariam com reconhecimento oficial e prestariam conta apenas a seus usuários.

– Quem quiser ter uma faculdade particular deve ter, mas para conseguir o reconhecimento

do Estado deve seguir uma série de regras. E se quiser ter dinheiro público, precisa passar num vestibular de universidade, para entrar no sistema público – sugere o senador. Cristovam também acredita que o governo não precisa limitar a participação do capital estrangeiro no ensino superior, mas deve determinar o curso e a cidade em que podem ser feitos os investimentos externos.

Polêmica sobre particulares pode ser tema de audiência

A regulamentação do ensino superior privado pelo Estado está entre os temas mais polêmicos da proposta de reforma universitária. O anteprojeto elaborado pelo Executivo estabelece normas que visam promover maior participação na gestão das instituições particulares, além de ampliar o papel do Ministério da Educação (MEC) na avaliação, credenciamento e manutenção dos cursos.

O texto determina que as universidades privadas deverão constituir um conselho comu-

nitário, com representação de professores, alunos, funcionários e da comunidade, que será responsável pela elaboração de diretrizes acadêmicas e administrativas. Prevê ainda que os integrantes da entidade mantenedora não podem ocupar mais que 20% dos assentos no conselho. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) informa que apresentará requerimento à CE propondo a realização de audiências públicas para aprofundar o debate sobre o tema.

O MEC também propõe que



Hélio Costa

pelo menos um pró-reitor das universidades particulares seja escolhido por meio de eleição direta. Para as entidades representativas do ensino superior privado, o anteprojeto fere direitos constitucionais.

Bancada do governo pede mudanças no ensino básico

A bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) no Senado fará apelo ao governo para que o projeto de reforma universitária, quando for enviado ao Congresso Nacional, esteja acompanhado das medidas necessárias ao aperfeiçoamento do ensino básico. A informação é da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), em entrevista ao **Jornal do Senado**.

– Nossa expectativa é de que tenhamos o envio, junto com a reforma, de proposta de criação de fundo para manutenção da educação básica – explica.

A senadora considera que os debates em torno das mudanças no ensino superior explicitam duas visões distintas: uma que considera a educação como mercadoria e outra que a entende como direito da população e obrigação do poder público, em parceria com a iniciativa privada. “Este será um embate pesado”, prevê Ideli.



Ideli Salvatti

A reforma tem causado polêmica entre as entidades do setor. O sindicato dos docentes acusa o governo de privatizar o sistema. As mantenedoras reclamam de ingerências do Estado e não querem o avanço do processo. A União Nacional dos Estudantes defende a proposta do Executivo, enquanto a associação dos dirigentes das universidades públicas concorda com os princípios do texto, mas anuncia que enviará sugestões.

O que propõe o anteprojeto

Cotas	Em até dez anos, 50% das vagas das universidades federais serão destinadas a alunos que cursaram o ensino médio em escolas públicas
Distribuição de matrículas	Meta é alcançar 40% de estudantes em universidades estatais e 60% em universidades particulares até 2011
Gestão participativa	Criação de conselhos comunitários. Mantenedora pode ter até 20% da representação total. Eleição de reitor e vice-reitor nas federais e de pelo menos um pró-reitor nas particulares
Financiamento das federais	Aplicação de, no mínimo, 75% da receita constitucional vinculada à educação. Recursos serão repassados sem destinação específica.
Assistência estudantil	Cria primeiro emprego acadêmico e programa de assistência estudantil para estudantes de baixa renda, com recursos de sorteio anual de loterias da Caixa Econômica Federal
Capital estrangeiro	Mantenedoras não podem ter mais do que 30% de capital estrangeiro
Criação de universidade	Exigência de 12 cursos de graduação, três de mestrado e um de doutorado, com metade do corpo docente em regime de tempo integral
Fundações	Descrédenciamento das fundações de apoio na universidade habilitada à gestão autônoma

PLENÁRIO

Bornhausen critica MP que aumenta imposto

O senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou a Medida Provisória 232/04, que introduz alterações na legislação tributária federal. A proposição foi alvo de dez emendas dos pefelistas, que também já ingressaram com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Na avaliação de Bornhausen, a MP 232/04 castiga mais uma vez os prestadores de serviço ao elevar para 40% a base de cálculo do Imposto de Renda (IR) do segmento. O setor enfrentou o aumento da base de cálculo do tributo de 12% para 32% entre 2003 e 2004.

– Trata-se de uma injustiça, que leva à informalidade – afirmou. O PFL também contesta a proposta de retenção na fonte de 1,5% do IR

devido por pequenos agricultores.

Das dez emendas apresentadas, três referem-se à correção da tabela do Imposto de Renda.

A proposta pefelista é que, em vez dos 10% de correção da tabela do IR da Pessoa Física, previstos na MP 232/04, seja adotado um dos seguintes índices: o IGP-DI (Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna), que variou 20,74% entre 2003 e 2004; o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), com índice de variação correspondente a 18,14% no biênio; ou o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), com saldo de



CÉLIO AZEVEDO

Jorge Bornhausen rejeita aumentos gerados pela medida provisória

17,15% no período.

O presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, disse ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva que a MP não será aprovada do jeito que está.

Pavan: "Conjunto de armadilhas"

Depois de participar de ato de protesto organizado por 54 entidades do estado de Santa Catarina contra a Medida Provisória 232/04, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) acredita que ela não será aprovada pelo Congresso.



Leonel Pavan

Para ele, a MP contém "um conjunto de armadilhas" em um texto que, em princípio, deveria servir apenas

para corrigir a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física.

Segundo o senador, "a manobra mais visível" é o aumento da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 32% para 40%.

– Com essas duas medidas, a tributação das prestadoras de

serviço vai passar de 5,88% do faturamento no início de 2003 para 9,60% em 2006 – disse o senador.

Ele ressaltou que a carga tributária média das empresas prestadoras de serviço, que era de 20,08% do faturamento no começo do governo Luiz Inácio Lula da Silva, passará para 25,25% em janeiro de 2006.

Pavan criticou também o fato de a MP alterar o Decreto 70.235/72 para impedir recursos ao Conselho de Contribuintes.

Texto será modificado, afirma Delcidio

Na avaliação do novo líder do PT, senador Delcidio Amaral (MS), a MP 232 é o primeiro desafio do governo no Congresso, especialmente no contexto atual, em que o PT perdeu o lugar na Mesa diretora da Câmara dos Deputados.

Segundo ele, a proposta só deve passar nas duas Casas se houver muita negociação entre lideranças, governo e parlamentares. Delcidio afirmou que o texto será modificado e que as alterações dos senadores irão aprimorar a MP.

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) criticou os que acusam o governo Luiz Inácio Lula da

Silva de promover uma escalada na arrecadação tributária do país, sustentando que nunca houve tanto incentivo à produção como agora. Referindo-se ao artigo intitulado "Sandice tributária", publicado na última quinta-feira pela *Folha de S. Paulo*, ela afirmou que a acusação não tem base na realidade. "Nós tivemos o maior aumento da carga tributária da história econômica deste país nos dois governos que nos antecederam", ressaltou.

No mesmo discurso, Ideli listou medidas adotadas pelo governo que, em sua opinião, comprovam que nunca houve

tanta redução nos tributos e tanto incentivo ao investimento produtivo.

Ela citou a política de desoneração de bens de capital, que reduziu de 5% para 3,5% a alíquota de IPI neles incidente, dizendo que o governo objetiva a desoneração total em 2006.

A senadora mencionou ainda a norma que permite às empresas aproveitar o crédito do PIS/Cofins decorrente de aquisições de máquinas e outros equipamentos, adquiridos a partir de 1º de outubro de 2004, e lembrou os fundos de investimentos que passaram a ter tributação decrescente.

Paulo Octávio: PFL fecha questão contra medida

O PFL fechou questão contra a Medida Provisória 232/04, que eleva a carga tributária das prestadoras de serviço, de micro e pequenas empresas e de produtores rurais. Ao anunciar a decisão da Executiva Nacional do partido, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) disse esperar que o PSDB seguisse a mesma posição.



Paulo Octávio

O senador leu a Resolução 335 da Comissão Executiva Nacional do PFL, assinada pelo presidente em exercício, César Maia, prefeito do Rio de Janeiro, que considera como "ato de extrema gravidade e de infidelidade partidária", que será punida com o cancelamento da filiação, votar contra essa decisão do partido, abster-se ou ausentar-se "injustificadamente" das sessões de votação da MP 232.

Paulo Octávio informou que ele e o líder do PFL, senador José Agripino (RN), participaram da reunião das entidades empresariais e de profissionais liberais com o presidente do Senado, Renan Calheiros, para pedir a não aprovação da MP, que trará sérias consequências para a economia nacional, principalmente porque atinge os setores de serviços e agropecuário, que são

grandes empregadores de mão-de-obra.

– É crescente a manifestação contrária da sociedade brasileira a esse viés anticrescimento; não há mais espaço para aumento ou criação de tributos.

O senador apontou para a indução à informalidade e conclamou o governo a fazer a sua parte, ajustando e reduzindo suas despesas e melhorando a aplicação dos recursos.

Pequenas empresas são prejudicadas

Paulo Octávio considerou que as repercussões negativas da MP serão mais críticas para as micro e pequenas empresas do setor de serviços, que não suportarão a elevação de custos e não poderão sobreviver no mercado formal.

Muitas dessas empresas se tornarão inviáveis, avaliou o senador. "As projeções sobre os efeitos da MP mostram que haverá um ônus médio de pelo menos 10% para essas empresas, implicando demissões e encerramento de atividades."

Paulo Octávio sugeriu que o governo inicie as formulações para o "inevitável imposto único, pelo menos na esfera federal".

Principais pontos da MP 232/04

- Isenção do pagamento do Imposto de Renda (IR) para quem recebe salários até R\$ 1.164
- Dedução de 15% - R\$ 174,60 - para assalariados que recebem entre R\$ 1.164 e R\$ 2.326
- Alíquota de 27%, de acordo com a tabela progressiva mensal, para quem ganha acima de R\$ 2.326
- Abatimento de despesas com instrução do contribuinte e de seus dependentes até o limite anual individual de R\$ 2.198
- Instituição da cobrança de PIS/Pasep, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para prestadores de serviço
- Aumento do IR de 1% para 1,5% para produtores rurais (vendas de produtos e comércio de insumos agrícolas) e prestadores de serviço de limpeza, conservação, segurança, vigilância e locação de mão-de-obra, manutenção de bens móveis e imóveis, transportes, serviços médicos em geral e engenharia civil.



Hélio Costa aponta consenso contra elevação da carga

Hélio Costa (PMDB-MG) voltou a criticar a MP 232/04, que elevou a carga tributária das prestadoras de serviço e dos produtores rurais. Ele ressaltou que há um consenso nacional contra a medida.

– Quatro ou cinco bancos brasileiros tiveram cerca de R\$ 12 bilhões de lucro em 2004. No entanto, as instituições financeiras pagam menos impostos do que as prestadoras de serviço. A medida onera as prestadoras, diminuindo o mercado de trabalho e dificultando a sobrevivência de muitas empresas – afirmou.

Para Eduardo Azeredo, não há urgência e relevância

Para o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), a MP 232/04 foi editada sem a urgência e a relevância necessárias. "A medida eleva ainda mais a base de cálculo da CSLL e do Imposto de Renda dos prestadores de serviço", disse.

– Ela deu míseros 10% de correção na tabela do Imposto de Renda. Mas vai arrancar em um ano mais R\$ 2 bilhões do bolso dos prestadores de serviço.

Mão Santa lembra diversidade de majoração de tributos

O senador Mão Santa (PMDB-PI) protestou contra o aumento de impostos previsto na MP 232/04. Ele listou muitas decisões de majoração de impostos e contribuições já tomadas no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, tais como as que atingiram a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). "Isso não é imposto, é inferno. Lula é vítima do ministro José Dirceu, que o envia ao exterior para viajar em seu novo avião e toma decisões de aumentar impostos", disse.

PLENÁRIO

Garibaldi anuncia abertura de feira do camarão

Ao registrar que nesta terça-feira haverá a abertura, em Natal, da edição de 2005 da Feira Nacional do Camarão, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) informou que o Rio Grande do Norte é hoje o maior produtor do país e o maior exportador brasileiro do crustáceo. Ele acrescentou que o Brasil, atualmente o 8º produtor mundial, logo ocupará a primeira posição neste ranking.

– Isto se deve às condições climáticas que o país oferece para o cultivo do camarão em viveiros e ao arrojo de gran-



Garibaldi Alves

des e pequenos empresários que, com grande sacrifício, levaram essa atividade ao patamar no qual estão atualmente situados – afirmou.

Segundo o senador potiguar, a Feira Nacional do Camarão contará em sua solenidade de abertura com a presença dos ministros Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Cem empresas nacionais e 50 empresários europeus participam do evento.

Eduardo Azeredo cobra recuperação das estradas

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) cobrou a aplicação dos recursos disponíveis nos cofres federais para a construção e recuperação de rodovias. O parlamentar mineiro referiu-se com especial ênfase às verbas provenientes da Contribuição sobre a Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Azeredo lembrou os diversos problemas ocorridos nos últimos meses, como pontes quebradas e estradas em



Eduardo Azeredo

péssimo estado, o que tem provocado muitas mortes e prejuízos à economia. Em Barbacena (MG), por exemplo, os veículos precisam trafegar por enormes desvios, com transtornos para os cidadãos e caminhoneiros e riscos ao patrimônio histórico e arquitetônico.

– Pelo terceiro ano consecutivo, o governo promete recuperar as rodovias e nada é feito para sairmos do caos. É preciso uma cobrança dura – e vamos cobrar – avisou.

Demostenes critica o Plano Agrícola

Ações previstas no Plano Agrícola e Pecuário 2004/2005 foram apontadas pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO) como as piores já elaboradas pelo governo federal, que teria punido ainda mais o agronegócio nacional com a edição da Medida Provisória 232/04, que retém na fonte 1,5% do Imposto de Renda devido por pequenos agricultores.

– Embora o governo Lula insista em afirmar que a agricultura brasileira habita um mundo parecido com Shangri-lá, o setor enfrenta um momento de extrema dificuldade causada pela baixa dos preços no mercado internacional, somada ao aumento dos custos de produção, à super-

valorização da moeda e ao alto endividamento setorial – afirmou.

Demostenes considera modesta a elevação na oferta de crédito agrícola a juros subsidiados, que segundo o governo cresceram 7,9% entre 2003 e 2005. Já as linhas de financiamento a juros de mercado teriam sofrido um “aumento exponencial” de 121% no período.

O senador lamentou a liberação de apenas R\$ 8,3 milhões dos R\$ 18,2 milhões previstos no Orçamento em 2004 para pesquisa e desenvolvimento



CÉLIO AZEVEDO

Demostenes lamenta os baixos investimentos federais em pesquisa

agropecuário e o corte de quase 10% dos recursos orçamentários dirigidos à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 2005.

Osmar Dias teme prejuízos no campo

Novo líder do PDT, o senador Osmar Dias (PR) fez seu primeiro discurso na tribuna alertando o governo federal para o endividamento que ameaça os agricultores brasileiros, em razão da taxa de câmbio, que está fixando o valor do dólar entre R\$ 2,50 e R\$ 2,60. Para ele, a comemoração do governo com relação aos números no crescimento econômico não condiz com a realidade.

– Se nós pegarmos o agronegócio que foi, sem nenhuma dúvida, “a salvação da lavoura” no ano passado, veremos que, neste ano, estamos com um problema sério, para o qual o governo ainda não atendeu – disse.

De acordo com Osmar Dias, a

safrá foi plantada na vigência de um câmbio que fixava o dólar a R\$ 3. Em consequência, o custo da produção foi construído na expectativa de que a colheita seria feita com base nesse câmbio. No entanto, no momento em que a safrá está sendo comercializada, o preço do dólar cai para algo em torno de R\$ 2,50 a R\$ 2,60.

Conforme o senador, isso gera uma depressão de preços que, em algumas culturas, chega a 50%, como, por exemplo, no caso da soja – commodity que tem trazido mais divisas na balança comercial –, o que vai afetar a economia nacional e milhares de pequenos, médios e grandes produtores.

– Os agricultores se endividarão



ROOSEVELT PINHEIRO

Osmar Dias: câmbio prejudicial

e nós estaremos, dentro de muito pouco tempo, tendo que votar no Congresso medidas para prorrogar débitos como já fizemos em outra ocasião – advertiu.

Presidência



JANE ARAÚJO

O presidente do Senado, Renan Calheiros, prometeu empenhar-se por uma solução negociada para a Medida Provisória (MP) 232/04, de forma a “não punir a sociedade e setores vitais para a nossa economia”, ao receber em seu gabinete, na quinta-feira, cerca de 200 representantes de movimento contra a proposta (foto), entre eles os presidentes da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp),

Paulo Skaf, e da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos. – É preciso termos responsabilidade com o equilíbrio fiscal, e estamos todos preocupados com o aumento do gasto público, mas a solução não pode significar a punição de setores que são importantes para a nossa economia: prestadores de serviços, agricultores e profissionais liberais – afirmou.

Renan quer solução rápida para MPs

O presidente Renan Calheiros defendeu a mudança do atual sistema de tramitação e votação de medidas provisórias “num curto espaço de tempo”, logo após receber o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), indicado para a presidência da comissão incumbida de examinar o assunto e apresentar alternativas sobre a questão das MPs no Congresso.

Renan deseja colocar o tema em votação no prazo de um mês, por isso a comissão deve apresentar suas conclusões daqui a 20 dias, informou Antonio Carlos. A comissão trabalha a partir de sugestões apresentadas pelos parlamentares, inclusive pelo próprio Renan, que incluem restringir o número de MPs, condicionar a sua validade ao exame da admissibilidade (urgência e relevância) e definir melhor esses critérios.

José Jorge acredita que Pernambuco terá refinaria

O senador José Jorge (PFL-PE) disse acreditar em uma decisão favorável do governo federal à implantação de uma refinaria de petróleo em Pernambuco. Ele ressaltou que o empreendimento deverá ser instalado no Porto de Suape e resultará de parceria entre a Petrobras e a estatal venezuelana de petróleo – PDVSA.

Segundo José Jorge, Pernambuco oferece vantagens técnicas, logísticas

e de infra-estrutura: 80% do consumo do Nordeste estão num raio de 800 quilômetros; a infra-estrutura do Porto de Suape e o acordo do governo estadual com um investidor privado – a Refinaria do Nordeste (Renor).

Ele lembrou que, já em novembro de 2002, o vice-governador do estado, Mendonça Filho, esteve em Caracas para presenciar a assinatura de protocolo de intenções para a instalação da refinaria em Pernambuco. Em abril de 2003, continuou o senador, o governo

estadual e a PDVSA assinaram um protocolo de entendimento, juntamente com a Petrobras.

Na semana passada os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Hugo Chávez assinaram acordo de parceria entre as estatais

Petrobras e PDVSA para construir a refinaria. Membros do governo federal anteciparam que a obra será feita na Região Nordeste, mas a localização exata será definida apenas daqui a seis meses.

A refinaria, informou José Jorge, é um projeto de US\$ 2 bilhões e deverá criar 10 mil empregos durante a construção. A capacidade de refino prevista é de 200 mil barris diários de petróleo.

– Ter uma instalação de refinamento de petróleo é um sonho de quase 60 anos de Pernambuco. Desde os anos 90, pelo menos três empresas estrangeiras se mostraram interessadas em instalar a refinaria em Pernambuco, além da PDVSA – disse.

Empreendimento no estado é um sonho de quase 60 anos, diz o senador

PLENÁRIO

Governo não tem base política, afirma José Jorge

O senador José Jorge (PFL-PE) disse em Plenário que a derrota do governo na eleição da Câmara dos Deputados não pode ser encarada como surpresa nem como o resultado de uma espécie de “madrugada da traição”. Na sua opinião, ela começou a ser construída tão logo o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse e foi obrigado a ampliar a sua base política no Congresso Nacional.

José Jorge disse que os partidos que elegeram Lula contavam com apenas 25% dos parlamentares na Câmara e, em virtude dessa realidade, tiveram de se aliar a outras siglas como PTB, PL e PMDB. Entretanto, segundo José Jorge, mesmo dispondo de 35 ministérios, o governo teria reservado os melhores postos para o PT, deixando para os aliados os cargos de menor expressão. De acordo com o senador, não houve correspondência entre a base de apoio político no Parla-



José Jorge disse que a derrota do governo na Câmara começou com a posse de Lula

mento e a ocupação de cargos no Executivo.

Os desacertos entre os ministros da Casa Civil, José Dirceu, e da Coordenação Política, Aldo Rebelo, também teriam contribuído para a derrota do candidato petista Luiz Eduardo Greenhalgh. A eles teria se somado o chamado troca-troca de parlamentares entre as diversas siglas, provocando uma espécie de “derrocada partidária”.

Sérgio Guerra pede respeito aos partidos e às idéias

Ao saudar a eleição de Severino Cavalcanti (PP-PE) para presidente da Câmara dos Deputados, o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que o episódio reflete uma tentativa do governo de desestabilizar os partidos, a despeito da “campanha coerente”



Sérgio Guerra

feita pelo deputado vencedor. Para ele, as ações autoritárias do governo levaram à desagregação partidária e de conceitos políticos, provocando a desordem. “Diante dessa derrota, deve o governo mudar sua orientação e garantir a coexistência de tendências discordantes”, afirmou.

Sérgio Guerra chamou a atenção para a inabilidade do governo em lidar com suas divisões inter-

nas, caracterizadas na candidatura oficial de Luiz Eduardo Greenhalgh e na do dissidente Virgílio Guimarães (PT-MG). Sem controle sobre a bancada do seu principal partido de apoio, o governo tentou, por vários meios, obter votos

para Greenhalgh junto a outras bancadas. Filiações de última hora e a “manipulação” de verbas do Orçamento foram alguns dos métodos usados pelo governo, segundo Guerra.

O senador fez questão de elogiar Severino Cavalcanti, destacando que é um político “honesto e pobre”, cujas bandeiras encontraram amplo eco entre os deputados.

Para Valadares, Marcelo Déda está mudando Aracaju

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou em discurso que o prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT), está fazendo uma “grande mudança” na cidade, promovendo amplos programas na área social, principalmente em habitação. Pela



Valadares

boa administração, o prefeito teve a maior votação proporcional nas últimas eleições, quando reelegeu-se com 72% dos votos da população.

Valadares informou que o prefeito vem eliminando as favelas da cidade, citando que os barracos que ficavam nos mangues do bairro Coluna do Meio estão sendo transferidos para outra área,

onde já foram construídas mais de 5 mil casas, numa parceria entre a prefeitura e o governo federal.

– Marcelo Déda acertou e, por isso, obteve votação tão elevada quando concorreu à reeleição. Ele inscreveu seu nome entre os melhores prefeitos do Brasil e é natural que isso esteja provocando ciúmes – disse.

Contudo, Almeida Lima (PSDB-SE) criticou o prefeito de Aracaju, que, segundo o senador, promoveu, no final de 2004, uma “enorme brutalidade ao expulsar, de forma arbitrária e sem decisão judicial”, famílias carentes de áreas públicas.

Virgílio teme “últimos meses” de Lula

O senador Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, afirmou em Plenário temer “pelos últimos meses do governo Lula” depois dos “atos de fisiologismo deslavado” do PT no processo de eleição do novo presidente da Câmara.

– Tentaram transformar a Câmara em motel, alugando deputados por algumas horas. Foi uma conspiração contra a democracia. Se fizeram isso numa votação para presidente da Câmara, do que não serão capazes para conseguir a reeleição do presidente da República? – questionou.

Para ele, o governo mostrou, além de grande fragilidade em sua base parlamentar, “uma dose cavalgar de incompetência, aliada a uma overdose de

arrogância” na votação para a Presidência da Câmara.

– A impressão que se tem é a de um governo que existe apenas na fábrica de *marketing*. No mundo real, temo pela nossa moeda se o Brasil voltar a sofrer um ataque especulativo – observou Arthur Virgílio.

O curioso, continuou o líder do PSDB, é que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tenha declarado, depois da derrota do candidato petista à Presidência da Câmara, que o resultado “foi normal” e que Severino Cavalcanti “é um deputado fiel”.

– Se era normal, por que o presidente Lula entrou com seu peso na disputa para beneficiar o candidato do PT? Por que então o presidente não apoiou Severino Cavalcanti desde o começo da campanha? – perguntou Arthur Virgílio.

“A verdade é que foi a maior derrota do governo na Câmara na história republicana”, disse o senador tucano, sustentando que a surpresa não foi apenas pela derrota do governo, mas principalmente porque o governo não sabia que poderia perder. “Não sabia nem que estava tão desarticulado”, completou.

Senador receia pela moeda brasileira caso ocorra novo ataque especulativo

Leonel Pavan reclama do tratamento dado a SC

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) protestou contra a atitude do governo federal em relação à Santa Catarina, que só conseguiu a liberação de 35,7% das emendas aprovadas no Orçamento Geral da União (OGU) de 2004, mesmo sendo o governador catarinense, Luiz Henrique, do PMDB, um dos partidos da base aliada do governo.

Pavan disse que as emendas de bancada foram tratadas no ano passado e em 2003 como “uma peça de ficção administrativa, protagonizada pela falta de respeito aos parlamentares”. Ele considerou “impressionante” os atos de favorecimento do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos seus aliados e confessou sentir uma “ponta de inveja cívica” do que aconteceu com o Acre, que conseguiu a execução de 66% de suas emendas, e com o Piauí, que obteve a execução de 64% das emendas.

Repasse federais para Santa Catarina abaixo da média nacional

O estado, apesar de ocupar a sétima posição nacional em arrecadação e ser o quinto maior exportador, obteve um dos menores níveis de liberação de recursos, abaixo da média nacional, de 53%. “As justificativas não podem vir da alegação de falta de recursos, uma vez que a arrecadação federal bate recordes históricos, crescendo muito além dos índices da inflação”, ponderou.

Lula lança a integração do continente, diz Mozarildo

O líder do PTB, senador Mozarildo Cavalcanti (RR), elogiou a iniciativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de visitar Venezuela, Suriname e Guiana, países do norte da América do Sul. Segundo o parlamentar, a viagem o fez ver com mais tranquilidade a integração global do continente.

– Com essa viagem, começamos de maneira firme a fazer a integração do Brasil com demais países da América do Sul – afirmou.

Para o senador, o presidente Lula acertou quando, em seu discurso, disse que a saída para o desenvolvimento da América do Sul não está na América do Norte ou na Europa, mas no próprio continente, com todos os países “prestigiando uns aos outros”, no comércio e em parcerias.

Referindo-se às fronteiras de seu estado, Mozarildo lembrou também que uma parte de Roraima está “encravada” na Venezuela e outra parte na Guiana. Mesmo assim, salientou, o comércio do Brasil com esses países “é pífio”.

– Fiquei entusiasmado quando o presidente tratou da venda de aviões para a Venezuela, na busca de parcerias mais efetivas com nossos vizinhos.



Mozarildo Cavalcanti

Paim elogia acordo sobre a PEC Paralela

O senador Paulo Paim (PT-RS) se disse feliz com a reunião de líderes na semana passada, quando, segundo ele, foi firmado o compromisso de se votar a proposta de emenda à Constituição (PEC) que modifica a reforma da Previdência. A proposta, chamada de PEC paralela, foi aprovada no Senado, mas não foi votada na Câmara dos Deputados.

De acordo com Paim, a PEC será votada em segundo turno na Câmara nos próximos dois meses e deverá ser novamente examinada pelos senadores, devido às alterações feitas pelos deputados. O senador afirmou esperar que ela seja votada no Senado rapidamente, aten-

dendo ao anseio de “milhões de servidores”.

Paim também informou ao Plenário que o encontro realizado em Aparecida do Norte (SP) com 2 mil líderes de aposentados de todo o país aprovou, por unanimidade, a realização de uma campanha nacional a favor da aprovação de projeto de lei (PLS 58/03) de sua autoria. A proposição permite que aposentados e pensionistas voltem a receber o equivalente ao mesmo número de salários mínimos da época



Paulo Paim

em que se aposentaram. De acordo com Paim, as perdas dos aposentados e pensionistas chegam a 50% se comparada a remuneração atual com o número de salários mínimos recebidos na ocasião da aposentadoria.

Paim pediu a constituição de uma comissão especial de deputados e senadores para discutir os benefícios pagos pela Previdência Social. Afirmou que os partidos no Senado já indicaram os integrantes dessa comissão, mas falta a indicação dos deputados.

PLENÁRIO

Governo não valoriza o turismo, diz Crivella

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ) criticou os critérios do Poder Executivo que orientaram a distribuição dos recursos (R\$ 900 milhões) para o fomento das exportações em 2005. Se a decisão de editar a MP 237/05 foi correta, afirmou o senador, é lastimável que tenham sido destinados apenas 2,3% do total de recursos para o Rio de Janeiro, 1,9% para o Ceará, 0,6% para Pernambuco e 0,9% para o Piauí.

– O governo deixa de levar em consideração um grande gerador de renda e de divisas estrangeiras para o país, que é o turismo – observou o senador.

Segundo ele, a MP 237 tem por objetivo incrementar o superávit comercial em 2005, e para tanto autoriza a União a repassar R\$ 900 milhões a estados, municípios e Distrito Federal.



CÉLIO AZEVEDO

Segundo Crivella, verbas de fomento a exportações são distribuídas sem considerar estados com potencial turístico

– O que me deixa um tanto estarecido é que na Tabela de Coeficientes Individuais de Participação o Rio de Janeiro apareça com percentual de 2,3% – assinalou o senador.

Crivella ponderou que o potencial turístico do Rio de Janeiro e de outros estados tem que ser levado em conta e pediu que o governo reconsidere os percentuais fixados na MP.

Azeredo: governo tem "fome de impostos"

O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que o governo Luiz Inácio Lula da Silva, em sua política econômica, vem conseguindo resultados justamente porque, incoerentemente, segue o roteiro macroeconômico deixado pelo PSDB. Ressaltou que esses resultados não se devem somente ao governo, mas também ao competitivo e moderno empresariado brasileiro. Novo presidente do PSDB, em substituição a José Serra, que licenciou-se para assumir a prefeitura de São Paulo, Eduardo Azeredo anunciou que atuará sem abdicar de suas convicções democráticas, combatendo ini-

qüidades, prepotências e equívocos do poder.

O parlamentar observou que gerar enormes superávits é “a única iguaria que atualmente o Planalto serve nos salões financeiros internacionais”. Assim mesmo, disse ele, isso tem sido conseguido às custas de estados e municípios, e contra o equilíbrio federativo, como vêm advertindo os governadores tucanos.

– Para preparar tal iguaria, o governo especializou-se, por outro lado, em devorar as parcas economias da classe média. Mais leonino que o leão, tem fome insaciável de impostos, que não pára de arrecadar – comentou.

Azeredo afirmou que a Receita Federal fechou o ano de 2004 com a arrecadação em R\$ 322,5 bilhões. Descontada a inflação, observou, o montante representa quase 11% de aumento real sobre a receita de 2003. Com isso, a carga tributária em relação ao produto interno bruto (PIB) terá subido 1% em 2004.

Segundo o senador, embora tenha havido crescimento econômico razoável, o fato é que a receita cresceu também por conta da elevação da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), que fez sua receita subir mais de 20% em apenas um ano.

Valadares quer recursos para estados e municípios

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pregou um grande mutirão nacional, de todas as lideranças políticas do país e dos agentes da sociedade civil e do Estado, contra as perdas dos estados e dos municípios. Valadares propôs rever o pacto federativo este ano e assegurar recursos aos governos estaduais e municipais para que eles possam investir em infra-estrutura.

– O enfraquecimento dos estados e dos municípios é o enfraquecimento da nação – assinalou Valadares, enfatizando que, apesar de ser um aliado do governo, não pode deixar de pedir uma discussão sobre o pacto federativo.

Nos últimos anos, continuou, houve uma concentração de recursos nas mãos da União.

– A transferência de recursos caiu de 4,1% do PIB em 2002 para 3,5% em 2004. E isso considerando a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) – disse, acrescentando que essa perda precisa ser revista. Caso contrário, “enfrentaremos uma crise avassaladora”, advertiu.

Valadares observou que, se houvesse uma redivisão do bolo tributário, a pressão sobre o Legislativo na área orçamentária seria reduzida. Citando dados publicados na coluna do jornalista Merval Pereira, no jornal *O Globo*, o senador salientou que o peso dos estados no bolo da arrecadação fiscal caiu para 24,6% do total e o dos municípios para 16,5%.

Redução afeta educação e segurança

Na avaliação do senador, quanto mais a União arrecada, menos recursos chegam aos governos estaduais e municipais e “menos o povo conta com educação e segurança pública”.

Além de recursos reduzidos, continuou Valadares, os municípios estão sendo sufocados pelas cobranças de dívidas com a Previdência e pagamento de multas. O senador disse que já levou o assunto ao conhecimento do ministro da Previdência Social, Amir Lando, e que propôs o reescalonamento dessas dívidas.



ROOSEVELT PINHEIRO

Valadares propõe rever o pacto federativo este ano e assegurar recursos para investimentos em infra-estrutura

Voto de pesar pela morte de Rafik Hariri

A Presidência do Senado já encaminhou voto de pesar pelo assassinato do ex-presidente do Conselho de Ministros do Líbano Rafik Hariri, na segunda-feira (14), conforme requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O senador lembrou que, nos anos 1990, quando já era um dos homens mais ricos do mundo, dono das principais emissoras árabes de TV e patrimônio pessoal estimado em US\$ 4 bilhões, Hariri trocou os negócios pela política. Ele foi primeiro-ministro do Líbano entre 1992 e 1998 e retornou



CÉLIO AZEVEDO

Autor do requerimento, Pedro Simon lembra determinação do líder libanês

ao cargo em 2000.

– Recebeu um país arrasado por várias guerras, mas, disposto a administrá-lo como se fosse sua própria empresa,

privatizou o centro da capital Beirute e reconstruiu a cidade, que já foi conhecida como a jóia do Mediterrâneo, por meio de um fundo de investimentos de US\$ 12 bilhões, o Solidère. Nele, colocou US\$ 450 milhões do próprio bolso – destacou Simon.

Segundo Simon, em 2004 o ex-primeiro-ministro libanês apostou suas fichas no Brasil.

Foi prevista a criação de um projeto, que teria sede em São Paulo, com a criação de um fundo de capital de risco, semelhante ao Solidère. Hariri teria dito, na ocasião, conforme Simon, que os dois países teriam economias complementares e laços culturais e que o Líbano poderia ser a porta de entrada do Brasil no mundo árabe.

Simon recordou que, após a expulsão dos palestinos durante a guerra com Israel, foi no Líbano que os refugiados encontraram abrigo.

Maciel exalta vida e obra de Bezerra da Silva

O Senado irá encaminhar à família do cantor e compositor Bezerra da Silva voto de pesar por seu falecimento, ocorrido em 17 de janeiro último. O voto foi pedido pelo senador Marco Maciel (PFL-PE). Ao justificar seu requerimento, o parlamentar resumiu a biografia de Bezerra, nascido no Recife em 1927. Ainda adolescente, Bezerra partiu para o Rio de Janeiro, onde sobreviveu trabalhando na construção civil, enfrentando grandes dificuldades.

– Ele dizia que morava andando, porque não tinha um barraco para descansar – afirmou. Conforme o senador, Bezerra sempre manteve sua elegância e seu “característico boné”. Maciel destacou que o compositor ficava triste quando se confundia malandro com bandido e lembrou que o dicionário dá duas acepções para malandro: a do bandido e a do indivíduo inteligente, arguto e adepto da vida boêmia.



ROOSEVELT PINHEIRO

Marco Maciel

O senador citou trechos da letra da canção *Malandro é Malandro e Mané é Mané*, na qual o compositor afirma que malandro “é o cara que sabe das coisas, é o cara que sabe o que quer”. Destacou que Bezerra teve mais de 3 milhões de cópias de seus discos vendidas, que era um “compositor de letras satíricas emolduradas por ricas melodias”. Sua obra, observou, motivou uma tese de doutorado e um documentário.

Homenagem a Leonel Trotta

A Mesa do Senado também irá encaminhar voto de pesar à família do ex-vereador do Rio de Janeiro Leonel Trotta Dallalana, que faleceu naquela capital no último dia 13. O requerimento foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ). “De grande categoria moral e estofo ético, Trotta foi um dos políticos mais honrados com os quais já trabalhei”, afirmou Saturnino.

PLENÁRIO

Conflito entre sem-teto e PM em Goiás gera discussão

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) lamentou o conflito envolvendo policiais militares e sem-teto no Parque Oeste Industrial, em Goiânia, em que duas pessoas foram mortas. Há uma semana, os moradores que ocupavam uma



Maguito Vilela

área de 1,3 milhão de metros quadrados reagiram a ordem de despejo. – O saldo da desocupação foi trágico. Duas mortes de pobres sem-teto, 30 feridos, cerca de 800 prisões. O Parque Oeste Industrial se transformou em uma verdadeira praça de guerra. Para o senador Demostenes

Torres (PFL-GO), a desocupação da área pela Polícia Militar resultou “numa situação semelhante a de uma praça de guerra na Faixa de Gaza”, com fogo cruzado entre policiais e civis. A seu ver, a situação chegou ao

imponderável porque houve “extrema leniência” com os invasores.

Já o senador Almeida Lima (PSDB-SE) contestou as críticas de Maguito ao governo de Goiás. Segundo o senador, elas são infundadas devido ao trabalho social que o governador Marconi Perillo (PSDB) vem desenvolvendo.

Paim prega esforço pela igualdade racial no Brasil

Paulo Paim (PT-RS) lamentou episódio de racismo envolvendo dois estudantes negros em Porto Alegre. O fato, como explicou, ocorreu em janeiro, com os irmãos William e Cristian Norberto Flores Silveira. Eles teriam sido detidos por três policiais militares quando corriam para chegar a tempo de fazer prova do vestibular na universidade federal. Com a atuação dos policiais, os estudantes acabaram perdendo a prova.

– Situações como essa nos envergonham e deixam transparente diante de nossos olhos a discriminação.

Segundo o senador, o fato configura racismo, pois os estudantes não se diferenciavam

de outros de classe média. Assim como eles, muitos jovens também corriam para não se atrasar, mas por serem brancos, não foram detidos.

Paulo Paim cumprimentou a família dos estudantes por ter decidido ingressar na Justiça denunciando o episódio.

– Enquanto não combatermos a chaga do preconceito racial não poderemos almejar ser um país de Primeiro Mundo – disse Paim, ao manifestar a esperança de que o Estatuto da Igualdade Racial seja aprovado pelo Congresso e sancionado por Lula até 18 de novembro, quando se realizará a Marcha Zumbi + 10, que integra a luta contra o preconceito racial.

Tuma elogia tema da Campanha da Fraternidade

O tema da Campanha da Fraternidade de 2005 – “Felizes os que Promovem a Paz” – foi destacado, pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Ele lamentou que três dias após o lançamento da campanha tenha ocorrido no



Romeu Tuma

Pará o assassinato da missionária Dorothy Stang, de 73 anos, por questões de conflitos de posse de terras na região.

Para Tuma, a campanha da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) veio em boa hora, uma vez que a sociedade precisa de mais solidariedade. O senador destacou que a iniciativa envolve outras

igrejas cristãs, além da Católica. “A campanha é uma união de forças pela superação da violência e pela promoção da paz”, disse.

Costa apela por refém no Iraque

Hélio Costa (PMDB-MG) apresentou requerimento dirigido às lideranças políticas iraquianas, do governo e da oposição, solicitando manifestação de apoio à libertação do engenheiro João José Vasconcelos Júnior, seqüestrado no Iraque no dia 19 de janeiro passado.

O senador por Minas Gerais ressaltou que João Vasconcelos é “um profissional queridíssimo” em Juiz de Fora. Sua família, disse Hélio Costa, está em permanente contato com o Ministério das Relações Exteriores, que tem dado toda atenção e cobertura para o retorno do engenheiro.

Comissão faz audiência sobre morte de freira

Instalada na última quinta-feira, a comissão externa do Senado que vai acompanhar as investigações sobre a morte da missionária norte-americana Dorothy Stang deve realizar audiência pública nesta terça-feira, para ouvir o secretário de Defesa Social do Pará, Manoel Santino Nascimento Junior; o ouvidor agrário nacional, Gercino José da Silva Filho; e o bispo de Altamira (PA), dom Erwin Krautler.

A comissão também vai enviar ao Pará dois advogados da Casa e um procurador – atualmente à disposição da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – para acompanhar a apuração das responsabilidades pelo crime. Os três irão à região onde ocorreu o assassinato, em companhia da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), eleita presidente da comissão, que terá como relator Demostenes Torres (PFL-GO) e como vice-presidente Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Os parlamentares pretendem fazer um levantamento da situação agrária e social na região em que o crime ocorreu.

No começo da última semana, integrantes da CPI da Terra viajaram ao Pará para assistir



JEFFERSON COPPOLA/FOLHA IMAGEM

O velório da missionária Dorothy Stang, no município paraense de Anapu, contou com a presença de vários parlamentares

ao enterro da religiosa morta a tiros em uma emboscada no município paraense de Anapu. A comissão divulgou nota de protesto pelo assassinato de

Dorothy Stang, que era naturalizada brasileira e trabalhava no estado há mais de 20 anos, defendendo causas ambientais e trabalhadores sem terra.

Parlamentares sugerem medidas

O senador Sibá Machado (PT-AC) sugeriu que, ao longo do funcionamento da comissão externa, cujo prazo para conclusão dos trabalhos é de 30 dias, seja ouvido sobre a situação fundiária no Pará o relator da CPI da Terra, deputado João Alfredo (PT-CE).

Relator da comissão, Demostenes Torres propôs que sejam

solicitadas informações sobre a situação social na região de Anapu à CPI e aos ministérios da Justiça, da Defesa e do Meio Ambiente, além da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Ele ressaltou que é preciso detectar as verdadeiras causas do assassinato da reli-

giosa norte-americana.

Flexa Ribeiro colocou à disposição dos integrantes da comissão o auxílio logístico do governo do Pará, inclusive carros e helicópteros. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que as primeiras audiências ocorram ainda em Brasília, “antes de viagem dos senadores ao Pará”.

Crime provoca repúdio dos senadores

O assassinato da freira Dorothy Stang provocou vários protestos de senadores. “Precisamos descobrir quem está por trás dos revólveres, e que nunca são investigados por causa da conivência do governo estadual



Ana Júlia Carepa

(Pará) com grileiros, fazendeiros e madeireiros”, disse Ana Júlia Carepa (PT-PA).

A senadora relatou que o clima no enterro da missionária foi de muita comoção por causa da covardia dos assassinos, embora ela tenha percebido o fortalecimento do espírito de luta do povo da região. Ana Júlia acredita que o crime deve ser visto como uma reação dos fazendeiros às ações do governo para implantar o Plano de Desenvolvimento Sustentável

(PDS) e as reservas extrativistas. Ela lembrou, porém, que muitos madeireiros, mesmo não tendo os títulos definitivos de posse da terra, condenam os atos de violência.

Para o presidente da CPI da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a grande repercussão internacional do assassinato da religiosa poderá ajudar a garantir punição para os autores do crime. De acordo com Alvaro Dias, a CPI já havia alertado o governo para os riscos que a missionária vinha correndo. Na sua opinião, o atual quadro de violência na região “vem se desenhando” desde o início dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito, que

deverá aprovar relatório final até junho.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) confirmou que Dorothy, no ano passado, já denunciava estar ameaçada de morte. “A morte anunciada é a vitória da vilania e o fracasso das instituições”, sustentou.

Demostenes Torres (PFL-GO) manifestou indignação pelo assassinato e culpou a omissão do governo Lula pelo crime.

Sibá Machado (PT-AC) relatou as providências do governo para levar paz ao interior do Pará e disse ter saído convicto de que as decisões tomadas estão corretas.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também condenou a crescente criminalidade no meio rural do Pará, e rejeitou qualquer tentativa de intervenção federal. “A decisão é bem-vinda, desde que não signifique intervenção”.

PLENÁRIO

TV digital terá amplo debate, diz Hélio Costa

O futuro das comunicações no Brasil e no mundo, com o advento da TV digital, será um dos temas em destaque no Senado Federal este ano. A previsão é do senador Hélio Costa (PMDB-MG), que pretende promover “um amplo debate” em torno das novas possibilidades do setor, sejam tecnológicas, culturais, sociais e econômicas. Indicado para a presidência da Comissão de Educação (CE), Hélio Costa apresentará, nos próximos dias, projeto de lei para regulamentar o setor.

– É fundamental que a TV digital sirva para abrir um novo caminho para a comunicação de massa, para que ela chegue de forma apropriada à população, com mais instrução, mais educação – avalia.

Paralelamente, o Grupo de Trabalho sobre Televisão Digital, formado há dois meses na Consultoria Legislativa do

Senado, apresentou, recentemente, seu primeiro relatório parcial aos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) – criador do grupo na condição de 1º secretário da Casa, cargo que deixou na segunda-feira, dia 14 – e Hélio Costa. O grupo traçou o cenário atual do debate sobre o assunto.

Muito mais do que uma imagem de maior nitidez, o telespectador passará a manusear um aparelho multifuncional, podendo não só escolher um programa, mas também acessar a Internet, comprar produtos e trocar mensagens. Pelo mesmo canal por onde hoje passa apenas um sinal analógico de TV poderão trafegar quatro sinais digitais, além de um canal de dados.

Quatro padrões em desenvolvimento

Para que essas novidades se tornem realidade, quatro

padrões de televisão digital estão em desenvolvimento – o norte-americano, o europeu, o japonês e o chinês (este em fase menos avançada).

O senador Hélio Costa considera que o debate no Brasil deve priorizar três fatores.

– Precisamos definir qual o modelo-padrão tecnológico a ser adotado pelo país, qual o melhor caminho para a adaptação e também discutir a participação do Brasil neste grande mercado – observou.

No relatório parcial, o grupo de trabalho descreve os quatro padrões de TV digital (veja quadro abaixo) e faz um histórico do debate no Brasil. Desde 2003, o governo federal financia cientistas para desenvolver o Sistema Brasileiro de Televisão Digital. São cerca de mil pesquisadores envolvidos num projeto que conta, este ano, com R\$ 100 milhões do Orçamento Geral da União.

O grupo do Senado solicitou o apoio da Comissão de Educação para acompanhar mais de perto o desenvolvimento da pesquisa, junto ao governo federal.

Objetivo é garantir que ela chegue de forma apropriada à população

Padrões de TV digital em desenvolvimento no mundo	
 <p>* ATSC (Advanced Television System Committee)</p>	Desenvolvido por um grupo de empresas dos Estados Unidos com ênfase na qualidade da imagem. Adotado pelos Estados Unidos, Canadá, Argentina, Coreia do Sul e Taiwan
* DVB (Digital Video Broadcasting)	Desenvolvido por grupos europeus e presente na União Européia, Inglaterra, Austrália e Nova Zelândia.
* ISDB (Integrated Services Digital Broadcasting)	Desenvolvido pelo grupo japonês Dige's (Digital Broadcasting Experts Group). Tecnicamente o mais avançado, é o único a permitir o uso em todas as aplicações, inclusive móvel. Indicado para regiões metropolitanas, com transmissão por meio de uma rede de pequenas antenas.
* Padrão Chinês	Ainda sem denominação, a China vem realizando testes com cinco padrões de transmissão digital terrestre.

Projetos

Incentivo à energia elétrica alternativa

Com o objetivo de diminuir a emissão de gases poluentes na atmosfera e adequar o Brasil ao Protocolo de Kyoto, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) propôs a criação do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica nos Sistemas Elétricos Isolados (Proisol). A iniciativa (PLS 5/04) vai priorizar a utilização de fontes alternativas de energia, como a energia solar, a biomassa e a gaseificação de lixo urbano.



Valdir Raupp

Projeto protege consumidor incluído em cadastro de inadimplência



Augusto Botelho

arquivos parecem um verdadeiro tribunal de exceção, visto que o consumidor fica impedido de realizar transações bancárias e comerciais”, justificou o senador.

O senador Augusto Botelho (PDT-RR) apresentou proposta (PLS 8/05) que altera o Código de Defesa do Consumidor para obrigar a retirada do nome de consumidores dos cadastros de inadimplência quando a dívida estiver sendo contestada na Justiça. “Nos casos em que a dívida de consumo estiver sendo objeto de questionamento judicial, esses

Diplomas em linguagem inclusiva

Os diplomas expedidos pelas universidades ou escolas técnicas serão obrigados a se referir à profissão ou ao grau adquirido pelo estudante de acordo com o gênero da pessoa. É o que determina projeto (PLS 12/04) apresentado pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), atuante defensora da linguagem inclusiva.

Recursos do FAT em cooperativas

Osmar Dias (PDT-PR) apresentou projeto (PLS 6/05) que permite a aplicação de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em cooperativas de crédito. Também é dele a proposta (PLS 7/05) que oferece a indústrias de refrigerante e água mineral a opção de aderir ao Simples.

Heráclito critica ida de parlamentares ao Uruguai

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) pediu explicações à Mesa do Senado sobre a ida de parlamentares da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banestado ao Uruguai para ouvir o comendador Arcanjo, um dos implicados



Heráclito Fortes

Segundo ele, a CPI foi oficialmente extinta pelo seu presidente, senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), no final do ano passado. Heráclito lembrou que ele próprio lacrou toda a

documentação da CPI numa sala do Senado.

– Como é possível que alguém envie uma comissão integrada por dois deputados e a senadora Serys Slhessarenko até o Uruguai, gastando recursos públicos para pros-

seguir numa investigação que já foi extinta? – perguntou.

Presidindo a sessão, o senador Tião Viana (PT-AC) afirmou que a Mesa vai investigar o assunto e responderá oportunamente ao senador piauiense.

Simon contesta resposta ao STF sobre CPI do Bingo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) manifestou indignação com a resposta que a Mesa do Senado enviou ao Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI)



Pedro Simon

para investigar denúncias envolvendo as casas de bingo no país e o ex-assessor para assuntos parlamentares da Casa Civil, Waldomiro Diniz. De acordo com Simon, a Mesa comunicou que o prazo de duração da CPI encerrou-se em 2 de julho de 2004.

– Estou boquiaberto. O ex-presidente José Sarney não deixou criar a CPI e ainda manda avisar que já se esgotou o prazo – lastimou.

A comunicação atendeu a pedido do ministro Celso de Mello, do STF, relator do mandado de segurança impetrado pelo par-

lamentar gaúcho em favor da instalação da CPI no Senado. O ministro solicitou informações sobre a situação em que se encontrava a CPI, criada a partir do Requerimento 245/04.

Segundo Simon, o advogado Werner Becker, que defende seu pleito junto ao STF, informará a Celso de Mello a situação real da CPI dos Bingos.

– Não creio que o ministro vá aceitar uma certidão enviada pela Mesa dizendo que já acabou o prazo de uma CPI que não foi instalada. O prazo começa da sua instalação – argumentou.

Na época, os líderes dos partidos da base do governo não indicaram representantes para a CPI. O então presidente José Sarney (PMDB-AP) também não fez as nomeações, embora, para Simon, tivesse a obrigação de fazê-lo.

Simon reapresenta dois projetos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) apresentou dois projetos. O primeiro (PLS 10/04) institui a penhora administrativa, que pretende agilizar a cobrança da dívida pública. O segundo (PLS 11/04) retira a obrigatoriedade do envio ao tribunal de sentença contra a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, ou contra a dívida ativa da Fazenda Nacional.

Lobão propõe arquivos tributários digitais

Proposta de Edison Lobão (PFL-MA) altera o artigo do Código Tributário Nacional, que prevê a manutenção dos originais dos documentos que os créditos tributários prescrevem (PLS 9/05). A nova norma vai determinar que os arquivos possam ser armazenados em forma digital, desde que não permita regravação. A intenção é economizar recursos e espaço.

Alvaro sugere Filosofia e Sociologia para ensino médio

Proposta do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) prevê a inclusão da Filosofia e da Sociologia no currículo de disciplinas do ensino médio (PLS 4/05). Ele apresentou ainda o projeto que restabelece a ação em juizado especial se o acordo for descumprido (PLS 2/05); o que coíbe tentativas de adiamento de julgamentos (PLS 1/05); e o que determina a perda para o Estado de produtos de crimes (PLS 3/05).



Alvaro Dias

As proposições citadas foram apresentadas entre os dias 26 de janeiro e 16 de fevereiro de 2005

Voz do Leitor

CARGA DE TRABALHO DOS VEREADORES

“Senador Jefferson Péres, gostaria de pedir a criação de um instrumento para que os vereadores trabalhem todos os dias da semana, ou seja, que eles estejam mais presentes no Legislativo e possam bater cartão na entrada e na saída do dia trabalho, ficando maior tempo na Câmara.”

Jefferson Carías dos Santos, de Poá (SP)

TRANSGÊNICOS E CÉLULAS-TRONCO

“Sou totalmente contra o projeto de lei que aprovou o uso dos transgênicos, bem como as pesquisas com células-tronco. Como sou defensor da natureza e também da vida, demonstro meu protesto e preocupação em relação ao projeto.”

Reginaldo Oliveira, de São Julião (PI)

APOSENTADOS

“Gostaria de saber quando é que o nosso presidente vai pagar aos aposentados federais – aqueles que não assinaram o acordo de 28,86%. Estou com 73 anos e gostaria de alcançar essa graça.”

João Martins Leal, de Itabuna (BA)

MEDICAMENTOS CONTROLADOS

“Prezados senadores, as pessoas que têm problema no sistema nervoso e fazem uso de psicotrópicos dificilmente conseguem emprego, pois mensalmente têm que perder um dia útil de

trabalho para ir ao médico. Sugiro a apresentação de projeto de lei obrigando as empresas a ceder um dia a cada mês para essas pessoas se consultarem.”

Valentim Antônio Santos Lima, de Cidade da Serra (ES)

PRONUNCIAMENTOS

“Assisto diariamente à TV Senado e vejo com muita tristeza os nossos representantes usarem os minutos que lhes são concedidos com bajulações, rasgando sedas, fazendo elogios aos colegas, tomando quase todo o tempo regimental, em vez de irem diretamente ao assunto que interessa. Ao ver isso, não só eu como a maioria dos brasileiros ficamos indignados.”

Fausto Luiz de Sá Neto, de São Mateus (ES)

AGIOTAS

“Senador Pedro Simon, sugiro que seja apresentado projeto de lei para que haja fiscalização mais eficaz sobre os agiotas.”

Marilu Machado Fraga, de Viamão (RS)

OBESIDADE

“Senadores, luto há muitos anos para que o Brasil reconheça que a obesidade é um caso gravíssimo e para que os obesos, cheios de limitações, sejam assistidos da mesma forma que os deficientes físicos. Peço que os senhores façam alguma coisa para aliviar o grande sofrimento dos obesos.”

Daniel Henrique Miguel, de Poços de Caldas (MG)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

MÉDICOS BRASILEIROS FORMADOS EM CUBA

Daniel Augusto dos Santos, de Vilhena (RO)

Gostaria de saber o que o Senado está fazendo em relação à problemática dos médicos brasileiros formados em Cuba, amparados pela convenção internacional, e que agora não podem exercer sua profissão no Brasil.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) responde:

Senhor Daniel, as situações que envolvem interessados na revalidação de diplomas obtidos no exterior se dividem em dois grupos. Os formados em Cuba e os formados em outros países, principalmente na Bolívia. Acerca dos formados em Cuba, a situação já foi avaliada por uma comissão interministerial, que concluiu os trabalhos pugnando pela reformulação das cláusulas do acordo bilateral entre os dois países. Essa situação encontra-se praticamente resolvida, aguardando providências na Casa Civil relativas à edição de ato normativo. No tocante aos demais países, a situação ainda está sendo discutida por comissão criada para estudar e emitir parecer sobre o assunto. Como se trata de tema muito complexo, exige investigação profunda sobre o problema, que não terá solução a curto prazo. Mas os trabalhos continuam em andamento. Importante frisar que o acordo denominado Convenção do Caribe, do qual o Brasil era signatário, foi revogado, implicando essa série de dificuldades para os acadêmicos que buscam o reconhecimento de seus títulos. Além disso, algumas profissões se mobilizam pela defesa da reserva de mercado para os profissionais brasileiros, que veriam seus espaços supostamente divididos com os demais. E há ainda as dificuldades de ingresso nas universidades brasileiras, em cursos como Medicina, o que tem levado muitos compatriotas a buscarem a realização de seus sonhos em outras fronteiras acadêmicas.

**PERDÃO DE DÍVIDAS**

Lázaro Camacho de Carvalho, de Marília (SP)

“Senador Eduardo Siqueira Campos, tenho ouvido diariamente que o presidente Lula tem perdoado dívidas de outros países. Gostaria de saber se o presidente tem autoridade para perdoar tais dívidas, sem consultar o Congresso e a população brasileira.”

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) responde:

Prezado Lázaro, de acordo com o disposto na Lei 9.665, de 19 de junho de 1998, o Poder Executivo está autorizado a conceder remissão parcial de créditos externos, em consonância com os parâmetros estabelecidos nas atas de entendimentos originárias do chamado Clube de Paris ou dos memorandos de entendimentos decorrentes de negociações bilaterais, podendo ainda negociar títulos referentes a créditos externos a valor de mercado e receber títulos da dívida do Brasil e de outros países em pagamento. A legislação prevê que deverão ser observados o disposto nos incisos V e VII do art. 52 da Constituição federal.



Frases

“O consenso em lugar do confronto. A concórdia em vez do dissenso. A compreensão e o entendimento substituindo a discórdia. Essas têm sido as práticas desta Casa e a lição de sabedoria que venho, todos os dias aqui, me esforçando por aprender. A elas recorrerei no exercício da Presidência em que acabo de ser investido e que tanto me honra.”

Renan Calheiros, em seu primeiro discurso depois de eleito presidente do Senado

“Foi chumbo para todo lado. Teve voto da base aliada para quatro dos cinco candidatos. Se houvesse unidade nos entendimentos, como no Senado, poderia ter sido reeditado lá um processo semelhante ao da escolha de Renan”

Arthur Virgílio, comparando o processo eleitoral na Câmara com a escolha do novo presidente do Senado

“Um presidente do Senado que já foi presidente da República representa um certo distanciamento, mas quando se coloca um líder para presidir o Senado, o diálogo fica mais intimista e mais fluente.”

José Agripino, elogiando a escolha de Renan Calheiros

“No interior do Pará, especialmente, prevalece a lei da selva e permanecem impunes os assassinos de muitas vítimas anônimas. Pela repercussão do caso da missionária americana, é possível que a impunidade desta vez não prevaleça.”

Alvaro Dias, ao comentar o assassinato da freira norte-americana Dorothy Stang, ocorrido no último dia 12

“Um misto de assembléia estudantil e de balcão de negócios.”

Jefferson Péres, referindo-se à eleição para a Câmara, que, segundo ele, revelou um sistema partidário falido

Foto da Semana

Depois de mais de 13 horas de sessão, a Câmara dos Deputados elegeu Severino Cavalcanti (PP-PE) para a Presidência da Casa, no biênio 2005/2006. A eleição, uma das mais acirradas dos últimos anos, foi disputada por cinco candidatos, havendo votação em segundo turno entre Severino e Eduardo Greenhalgh (PT-SP). O resultado surpreendeu, pois as previsões apontavam para uma disputa entre os candidatos do PT



J. FREITAS/ABR

Conexão Senado debate MP 232

A primeira polêmica do ano já chegou ao Congresso. É a MP 232/04, editada pelo governo no ano passado e tema de debate promovido pela Rádio Senado. O texto reajusta em 10% a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física, aumentando o número de pessoas isentas. No entanto, a MP aumenta de 32% para 40% a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e do IR a serem pagos por empresas do setor de serviços, administração de bens imóveis e *factoring*, entre outras.

O PFL já anunciou que fechou questão contra o texto, e parlamentares de outros partidos, inclusive da base governista, já declararam contrariedade à MP. Na semana passada, empresários estiveram no Senado para entregar um manifesto contra o aumento de impostos. O presidente

da Casa, Renan Calheiros, disse que pretende negociar mudanças no texto do Planalto.

A MP 232 é o tema da primeira edição deste ano do *Conexão Senado*, programa de debates da Rádio Senado. A atração vai ao ar nesta segunda-feira (21), às 12h, e conta com a presença dos senadores Efraim Moraes (PFL-PB) e Ideli Salvatti (PT-SC), além de depoimentos gravados do presidente da Associação Comercial de São Paulo, Guilherme Afif Domingos, e do líder do PT, Delcídio Amaral (MS).

Os ouvintes podem participar com perguntas e opiniões por meio do telefone 61 311-1261 ou do e-mail conexao@senado.gov.br.

Jair Rodrigues é destaque musical

Na programação musical da rádio, destaca-se o *Escala Bra-*



sileira, que apresenta a segunda parte da entrevista com Jair Rodrigues, mesclada com seus maiores sucessos. O programa vai ao ar na quinta-feira (24), às 23h, com reprise no sábado (26), às 20h.

De origem humilde, Jair foi engraxate, mecânico e pedreiro até participar de um programa

de calouros da Rádio Cultura e se classificar em primeiro lugar. Tornou-se mais conhecido com a música *Deixa Isso pra Lá*. Em seguida gravou com Elis Regina e, com *Disparada*, dividiu o primeiro lugar no Festival da Record de 1966 com *A Banda*, de Chico Buarque. No mesmo ano lançaria outro sucesso, *Tristeza*.

Rádio Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 12h - Conexão Senado
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Vozes do Século XX (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Música e Informação
- 9h30 - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Escala Brasileira

SEXTA-FEIRA

- 8h - Senado Notícias
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 14h10 - Senado Notícias
- 14h30 - Música e Informação
- 19h - Voz do Brasil (ao vivo)
- 20h - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 23h - Música e Informação

SÁBADO

- 8h - Música e Informação
- 11h - Música Erudita
- 12h - Música e Informação
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 20h - Escala Brasileira
- 21h - Música e Informação
- 22h - Vozes do Século XX
- 23h - Música e Informação

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros
- 9h30 - Música e Informação
- 11h - Música do Brasil (reprise)
- 12h - Música e Informação
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Música e Informação
- 17h - Vozes do Século XX (reprise)
- 19h - Música e Informação
- 20h - Jazz & Tal
- 21h - Música e Informação

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Fala Cidadão
- 3h - Idéias
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Idéias
- 5h30 - Fala Cidadão
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Especiais/Comissões
- 12h - Idéias
- 12h30 - Entrevista 3
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Conversa de Músico
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

- 1h - Cidadania 4
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 4
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 1
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 1
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 2
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 3/Comissões
- 20h30 - Entrevista 3

- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 3
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 3
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 4
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 4
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h - Cidadania 1
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões
- 19h30 - Cidadania 2/Comissões
- 20h30 - Entrevista 2
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 2
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 2
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 3
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 3
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais/Comissões
- 9h30 - Fala Cidadão
- 10h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 4
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Jornal do Senado
- 19h - Cores do Brasil/Comissões

- 19h30 - Cidadania 1/Comissões
- 20h30 - Entrevista 1
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

- 1h - Cidadania 1
- 2h - Especiais
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Cores do Brasil
- 3h30 - Entrevista 1
- 4h - Jornal do Senado
- 4h30 - Especiais
- 5h - Cores do Brasil
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania 2
- 7h - Especiais
- 7h30 - Entrevista 2
- 8h - Especiais
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h - Cidadania 3
- 14h15 - Jornal do Senado
- 14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
- 19h30 - Cidadania 4
- 20h30 - Entrevista 4
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Conversa de Músico
- 22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
- 23h30 - Idéias
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

- 1h - Cidadania
- 2h - Idéias
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Fala Cidadão
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Idéias
- 7h30 - Entrevista
- 8h - De Coração
- 8h30 - Jornal do Senado
- 9h - Especiais
- 9h30 - Leituras
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Idéias
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado

- 12h30 - Entrevista
- 13h - Fala Cidadão
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Entrevista
- 17h30 - Idéias
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Leituras
- 20h30 - Fala Cidadão
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Idéias
- 23h30 - De Coração
- 24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

- 1h - Cidadania
- 2h - Fala Cidadão
- 2h30 - Jornal do Senado
- 3h - Especiais
- 3h30 - Entrevista
- 4h - Idéias
- 4h30 - De Coração
- 5h - Especiais
- 5h30 - Jornal do Senado
- 6h - Cidadania
- 7h - Fala Cidadão
- 7h30 - Entrevista
- 8h - Jornal do Senado
- 8h30 - De Coração
- 9h - Especiais
- 9h30 - Idéias
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 11h - Fala Cidadão
- 11h30 - Especiais
- 12h - Jornal do Senado
- 12h30 - Entrevista
- 13h - Idéias
- 13h30 - Cidadania
- 14h30 - Espaço Cultural
- 16h - Debate Brasil/Especiais
- 17h - Fala Cidadão
- 17h30 - Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
- 19h - Cidadania
- 20h - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras
- 21h - Idéias
- 21h30 - Espaço Cultural
- 23h - Fala Cidadão
- 23h30 - De Coração
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

As programações da Rádio e da TV Senado estão sujeitas a alterações em função dos trabalhos dos senadores no Plenário e nas comissões.

PUBLICAÇÕES

Livro examina aplicação do Estatuto da Cidade

SÉRGIO PENNA

O Senado Federal lançará, em breve, o livro *Estatuto da Cidade: Quem ganhou? Quem perdeu?*, de José Roberto Bassul, referente aos desdobramentos da aplicação da Lei 10.257, de 2001, que instituiu as diretrizes gerais da política urbana.

Nascida do interesse de se dotar o ordenamento jurídico brasileiro de instrumento eficaz para o entendimento da cidade como local de realização das aspirações sociais da população, a lei representou o primeiro passo para a ambicionada reforma urbana.

O trabalho de Bassul discute se a lei representou, para a sociedade, a possibilidade de realização de uma reforma urbana tal como almejada e avalia a contradição básica no processo que culminou na transformação do projeto em lei: o apoio do empresário do setor imobiliário à aprovação da matéria, que, visivelmente, afrontava seus interesses comerciais.

No estudo, o autor, arquiteto e consultor legislativo do Senado Federal, traça o panorama da legislação urbanística nacional e analisa a submissão do Estado ao interesse do capital privado, com ênfase na formação de preços e na incorporação imobiliária, como forma de agenciamento do "processo de



produção imobiliária", versus propriedade do solo urbano.

Bassul explica que o princípio da "cidade planejada", inscrito na Constituição de 88 – que consagra a função social da propriedade urbana mediante o ordenamento da cidade em plano diretor –, determina a submissão das decisões administrativas a uma nova dimensão da realidade urbana, em que a sociedade passa a ser o sujeito das ações governamentais em matéria de ocupação do solo urbano.

Três capítulos são dedicados a examinar a gênese do Estatuto da Cidade, desde as primeiras manifestações (durante o processo constituinte de 86-88) à tramitação legislativa do projeto original. A obra é apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PT-DF) e prefaciada por Edésio Fernandes.

Sérgio Penna é consultor-geral legislativo do Senado Federal. *Estatuto da Cidade: Quem ganhou? Quem perdeu?* foi editado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado, custa R\$ 25 e pode ser adquirido pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 311-4755.

ESPECIAL

Abertas inscrições para atualização de servidor

Uma iniciativa do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) busca atualizar e capacitar os servidores não somente do Senado Federal, mas também de algumas assembleias legislativas do país e de órgãos governamentais, como Banco Central e Polícia Federal. São diversos cursos de capacitação técnico-profissional, que podem ser ministrados a distância ou presencialmente aos profissionais que assessoram parlamentares, autoridades e dirigentes do Poder Legislativo e de outras instituições.

A intenção é também atender à crescente demanda por desenvolvimento técnico e político dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e de outros organismos públicos. O ILB vem ampliando suas parcerias externas, estabelecendo novos acordos de mútua cooperação e um canal de comunicação direto com diversas instituições de ensino superior, órgãos legislativos e centros de

Cursos do ILB

Programa de Educação a Distância

- Gestão Administrativa no Setor Público
- Licitação e Contratos Administrativos
- Redação em Tempo Real
- Doutrinas Políticas Contemporâneas
- Direito Eleitoral
- Introdução às Relações Internacionais I
- Introdução às Relações Internacionais II

Cursos presenciais

- Segurança Nacional, Defesa e o Poder Legislativo no Brasil
- Introdução à Informática
- Windows/Word

estudos e pesquisa nacionais e também de outros países de língua portuguesa. O instituto desempenha ainda um amplo papel institucional, levando ao alcance da sociedade brasileira as experiências pioneiras e de sucesso praticadas no Congresso Nacional.

As pré-matrículas para os cursos a distância – que podem utilizar como instrumento a

televisão, a Internet, a Intranet do Senado Federal, o Canal Educativo Interno da Casa (Canal ILB/46), programas de rádio ou material impresso – vão até o dia 28 de fevereiro.

Alguns dos primeiros cursos presenciais disponíveis estão com as inscrições abertas durante esta semana. Mais informações na página do ILB: www.senado.gov.br/ilb.

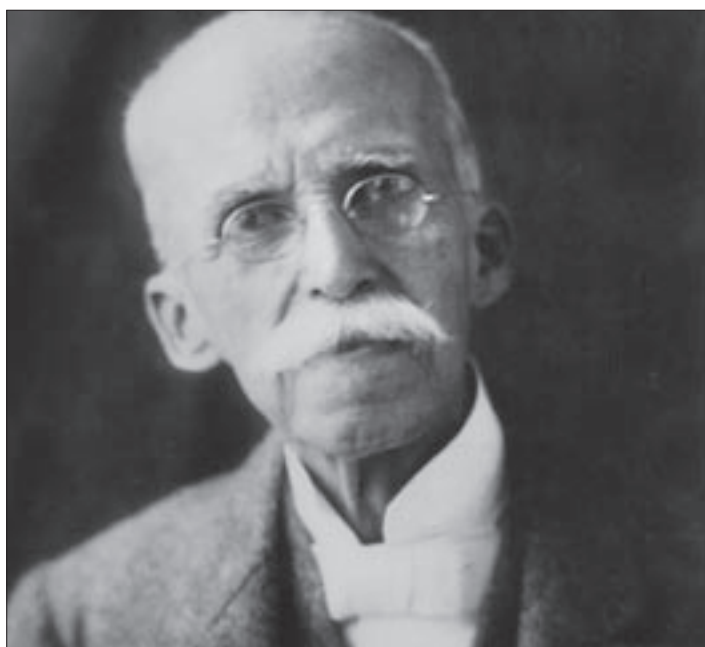
Código Florestal em nova edição

A Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado acaba de publicar o texto integral e atualizado do Código Florestal (Lei 4.771/65). Foram incluídas na publicação diversas outras leis e decretos relacionados ao tema florestal e ambiental. Esse é o quarto volume da Coleção Ambiental. O primeiro

reproduz o Código de Águas; o segundo, o Código de Mineração; e o terceiro, o Protocolo de Kyoto. Os livros publicados pela Secretaria de Edições Técnicas do Senado podem ser obtidos pelos telefones (61) 311-3575 e 311-4755 ou pelo e-mail livros@senado.gov.br.



Conheça o Senado



REPRODUÇÃO/ARQUIVO JS

Consagrado com o apelido de "Águia de Haia", Rui Barbosa lutou no Parlamento pela República e pelo fim da escravidão

Rui Barbosa, o Patrono do Senado

Advogado, jornalista, diplomata, político e escritor – esse é o perfil de Rui Barbosa, senador baiano que, por conta de sua célebre atuação na Casa, ganhou o título de Patrono do Senado.

O "Águia de Haia", apelido que o parlamentar recebeu pela sua participação na Conferência de Paz na cidade holandesa de Haia, em 1907, tem sua atuação parlamentar ligada à luta pela instauração da República, pelo fim da escravidão e em favor de movimentos sociais.

A maior contribuição do senador para as instituições brasileiras está no papel que desempenhou na assembleia constituinte que elaborou a primeira Consti-

tuição da República, em 1891. Ele incluiu no texto a criação do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável pelo controle sobre a constitucionalidade das leis e atos do Legislativo e do Executivo. Rui Barbosa acrescentou ainda o direito ao *habeas corpus* no texto constitucional, instrumento que utilizou anos depois para liberar presos políticos do golpe de Floriano Peixoto.

O parlamentar participou ainda da criação do Código Civil aprovado em 1916, que vigorou até 2002. Ele foi o relator do projeto, e apresentou emendas a quase todos os seus mais de 1.800 artigos.

Muitas glórias no Legislativo,

pouca sorte nas investidas no Executivo. Sua participação na equipe econômica do presidente Deodoro da Fonseca é considerada responsável por um enorme salto inflacionário na época.

Além disso, Rui Barbosa perdeu as duas campanhas presidenciais de que participou. A primeira, em 1909, foi disputada contra o general Hermes da Fonseca, historicamente conhecida como a "Campanha Civilista". Dez anos depois, Rui Barbosa se candidatou novamente, defendendo uma reforma no setor social, e perdeu para Epitácio Pessoa, então candidato da política do café-com-leite vigente na Primeira República.

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papanó Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Reportagem: João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Sylvio Costa
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Sergio L. G. da Silva e Wesley Bezerra de Carvalho

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - **Fax:** (61) 311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Defensoria facilita o acesso à Justiça

As defensorias públicas foram instituídas pela Constituição de 1988 para prestar assistência jurídica, judicial e extrajudicial a todo cidadão que não tenha recursos para pagar advogados e despesas judiciais. A Defensoria Pública da União atende às pessoas que tenham causas que envolvam o governo e a administração federal, como, por exemplo, questões previdenciárias e trabalhistas. Já as defensorias estaduais atuam nas outras áreas, como em casos de divórcio, defesa do consumidor, direitos da criança e do adolescente e na defesa criminal.

Com a promulgação, no dia 8 de dezembro de 2004, pelo Congresso Nacional, da reforma do Judiciário (Emenda Constitucional 45/04), as defensorias públicas estaduais ganharam autonomia funcional, administrativa e financeira, e, com isso, deixarão de ter seus orçamentos ligados aos governos estaduais. Segundo o presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos, Leopoldo Portela, a falta de recursos é uma das razões para o baixo número de defensores em atuação no país e as deficiências no atendimento. A proposta que garante a mesma autonomia à Defensoria Pública da União está



CAIO LOUREIRO/ITJ-AL

Em Arapiraca (AL), defensores públicos promovem Mutirão da Cidadania, para levar pleitos da população à Justiça

em tramitação na Câmara.

Nesta edição do *Especial Cidadania*, saiba mais sobre a atuação das defensorias públicas e os telefones dos órgãos nas capitais dos estados. Quanto a São Paulo, Goiás e Santa Catarina, onde ainda não foram criadas as defensorias, divulgamos os órgãos que fazem o atendimento à população carente.

País precisa de mais defensor público

Levantamento realizado no ano de 2004 sobre as defensorias públicas no país, coordenado pelo Ministério da Justiça, revelou que faltam recursos aos órgãos e o número de defensores é insuficiente para atender à demanda da população. Veja os principais dados do Estudo Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil:

- Há 3.440 defensores públicos em atuação no país, ou seja, 1,86 defensor para cada 100 mil habitantes. Enquanto isso, há 7,7 juízes por 100 mil habitantes.
- Em 2003, cada defensor público ajuizou ou respondeu, em média, 308,2 ações cíveis e 112,8 ações criminais, realizou 1.594,3 atendimentos e participou de 298,7 audiências.
- Os estados gastam, em média, R\$ 71,67 por habitante com o sistema de Justiça. Desse valor, apenas R\$ 3,91 é destinado à defensoria pública.
- O salário médio inicial do defensor público é de R\$ 4.279,81 e o vencimento final, R\$ 5.708,35.
- O defensor público brasileiro é, em sua maioria, do sexo feminino.
- 29,8% dos defensores estaduais e 47,1% dos defensores da União gostariam de exercer outra atividade jurídica.

Dirigente defende orçamento realista para órgãos estaduais

O presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep), Leopoldo Portela Júnior, explica como funcionam as defensorias públicas e em que casos o cidadão pode utilizá-las.

Quem pode ser atendido e em que causas o defensor pode atuar?

Qualquer cidadão que comprovadamente não tenha condições financeiras de arcar com o pagamento das custas de um processo e dos honorários de um advogado particular é considerado carente, e, portanto, cliente em potencial da defensoria pública. Não há um critério objetivo para se avaliar o grau de pobreza das pessoas. Cada defensoria pública tem seus critérios para avaliar as situações em que há a necessidade dos serviços da defensoria pública. O defensor público atua em todas as áreas do Direito. A maior demanda é na esfera criminal e de família, no que tange aos defensores públicos dos estados (Justiça Comum e Militar). Eles atuam inclusive em ações contra os próprios poderes públicos municipais e estaduais. Já os defensores públicos da União agem nas causas em que os interesses de seus assistidos voltam-se contra a própria União Federal, seus órgãos, instituições e empresas, com atuação também na Justiça Militar.

Que mudanças vão ocorrer nas defensorias públicas estaduais com a autonomia financeira, orçamentária e administrativa aprovada com a reforma do Judiciário?

As mudanças serão radicais do ponto de vista administrativo, já que as defensorias precisarão ser imediatamente dotadas de meios, de pessoas e de estrutura para efetivação da norma legal. Os governos devem estar cientes da importância de se elaborar um orçamento anual condizente com as novas organizações a serem montadas, bem como garantir o repasse do duodécimo mensal.

O Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil revelou que faltam defensores para atender à população. Quantos

seriam necessários?

O número aproximado do ideal deveria ser igual ao número de magistrados (7,7 por 10 mil habitantes), para manter um equilíbrio de atividade. Vale lembrar que elevar tão-somente o número de defensores não resolve a questão. Esses profissionais precisam ter condições adequadas de trabalho para desenvolver suas atividades, inclusive uma remuneração compatível. A grande dificuldade, hoje, das defensorias é manter os seus quadros, pois a migração para outras carreiras jurídicas mais atrativas é inevitável.

A cobertura das defensorias é de apenas 42% das comarcas brasileiras. O que pode mudar essa situação?

É necessário que os governos federal e estaduais desenvolvam políticas públicas voltadas para a efetivação e instrumentalização das defensorias públicas, na forma prevista na Constituição federal.

Como é o atendimento à população nos estados de São Paulo, Goiás e Santa Catarina, onde as defensorias públicas não foram criadas pelos governos?

Em São Paulo, procuradores estaduais são designados para atuar junto à Procuradoria de Assistência Judiciária (PAJ), fazendo o papel do defensor público. Ainda em São Paulo, bem como em Santa Catarina e Goiás, foram firmados convênios entre o estado e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

O estudo revelou ainda que em alguns estados o atendimento é muito precário.

O diagnóstico aponta também que os estados com menor número de atendimentos pela defensoria são os que têm o menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), bem como o maior número de convênios com a OAB. Não podemos falar em direitos sociais, direitos humanos, em um Estado democrático de direito, se a população carente não tem o verdadeiro acesso à Justiça.



ISAAC AMORIM/ANADep

Leopoldo Portela Jr. quer cumprimento das normas previstas para defensorias

Informações

Defensoria Pública Geral da União
Tel.: (61) 429-3714
www.mj.gov.br/defensoria

Associação Nacional dos Defensores Públicos (Anadep)
Tel.: (61) 226-1768
www.anadep.org.br

Associação dos Defensores Públicos da União (ADPU)
Tel.: (21) 2517-3301
adpu@adpu.org.br

Defensorias estaduais e da União nas capitais:

Defensoria Pública do Acre
Tel.: (68) 228-1312 e 228-1020
Defensoria Pública da União
Tel.: (68) 224-7479
ndpu_riobranco@pop.com.br

Defensoria Pública de Alagoas
Tel.: (82) 315-2782 e 315-2784
www.defensoria.al.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (82) 326-9900
ndpual@bol.com.br

Defensoria Pública do Amazonas
Tel.: (92) 633-2955 e 642-0110
www.defensoria.am.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (92) 233-2020

Defensoria Pública do Amapá

Tel.: (96) 212-8502
defensoria.publica@bol.com.br

Defensoria Pública da Bahia
Tel.: (71) 336-5507
www.sjdh.ba.gov.br/dpe.htm
Defensoria Pública da União
Tel.: (71) 341-1547
dpubahia@ig.com.br

Defensoria Pública do Ceará
Tel.: (85) 3488-9300 e 3488-9300
www.defensoriapublica.ce.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (85) 3219-0052

Defensoria Pública do Distrito Federal
Tel.: (61) 343-1233 ou 343-7470
www.defensoria.df.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (61) 347-7767
www.dpubrasil.hpg.ig.com.br

Defensoria Pública do Espírito Santo
Tel.: (27) 3322-4881 e 3222-2492
www.defensoria.es.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (27) 3332-0709 e 3222-2492
dpues@aol.com.br

Procuradoria de Assistência Jurídica de Goiás
Tel.: (62) 213-1581

Defensoria Pública da União
Tel.: (62) 214-1530

Defensoria Pública do Maranhão
Tel.: (98) 3221-1343
www.ma.gov.br/cidadao/servicos/defensoria/index.php

Defensoria Pública de Mato Grosso
Tel.: (65) 613-3400
www.defensoriapublica.mt.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (65) 642-6384 e 642-6884

Defensoria Pública de Mato Grosso do Sul
Tel.: (67) 318-2500 ou 318-2501
www.defensoria.ms.gov.br/
Defensoria Pública da União
Tel.: (67) 324-1305

Defensoria Pública de Minas Gerais
Tel.: (31) 3335-4797
Defensoria Pública da União
Tel.: (31) 3292-7769

Defensoria Pública do Pará
Tel.: (91) 242-0100 e 3084-2700
www.pa.gov.br/secretarias/sec_defensoria.asp
Defensoria Pública da União
Tel.: (91) 224-3709

Defensoria Pública da Paraíba
Tel.: (83) 218-6969
www.defensoria.pb.gov.br

Defensoria Pública da União
Tel.: (83) 225-8987

Defensoria Pública do Paraná
Tel.: (41) 219-7300 e 219-7342
www.pr.gov.br/dpp/
Defensoria Pública da União
Tel.: (41) 304-4371

Defensoria Pública de Pernambuco
Tel.: (81) 3221-7629 e 3231-0060
Defensoria Pública da União
Tel.: (81) 3224-0256

Defensoria Pública do Piauí
Tel.: (86) 232-0350 e 233-6954
Defensoria Pública da União
Tel.: (86) 223-7580

Defensoria Pública do Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2299-2299
www.dpge.rj.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (21) 2517-3301

Defensoria Pública do Rio Grande do Norte
Tel.: (84) 232-2750 e 606-0701
Defensoria Pública da União
Tel.: (84) 234-6929

Defensoria Pública do Rio Grande do Sul
Tel.: (51) 3211-2233
www.dpe.rs.gov.br

Defensoria Pública da União
Tel.: (51) 3212-5212 e 3211-5555

Defensoria Pública de Rondônia
Tel.: (69) 216-5051 e 216-1013
www.defensoria.ro.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (69) 224-6125

Defensoria Pública de Roraima
Tel.: (95) 623-1949

Assistência Jurídica de Santa Catarina
Tel.: (48) 251-6609
Defensoria Pública da União
Tel.: (48) 222-7071

Procuradoria de Assistência Judiciária de São Paulo
Tel.: (11) 3105-5799 e 0800 17-8989
www.pge.sp.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (11) 3231-0866

Defensoria Pública de Sergipe
Tel.: (79) 211-6060
www.defensoria.se.gov.br
Defensoria Pública da União
Tel.: (79) 214-0946 (Aracaju)

Defensoria Pública do Tocantins
Tel.: (63) 218-2376
Defensoria Pública da União
Tel.: (63) 215-2643